

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos e fazer a chamada dos Membros da Assembleia Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes efetuou a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente a Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, que apresentou justificação e solicitou substituição. Depois de contactar os membros suplentes eleitos pelo Partido Social Democrata não foi possível efetuar a substituição.

Igualmente o Sr. Dr. André Duarte Pereira esteve ausente e também apresentou justificação e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo.

O Sr. Dr. Francisco José Marques Borges Garcia também esteve ausente e igualmente solicitou justificação e substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Luis Fernando Correia Conceição Santos.

Também se encontrava ausente o Sr. Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha que solicitou justificação e substituição. Depois de contactar os membros suplentes eleitos pelo Partido Social Democrata não foi possível efetuar a substituição.

O Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços não esteve presente.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Filipe Rodrigues de Brito, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Considero aberta a sessão.

Queria começar por cumprimentar todos os presentes, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Presidentes de Junta, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, os elementos do público, os representantes da Comunicação Social, a todos muito boa tarde.

Os meus votos para que a Sessão da Assembleia Municipal decorra com eficiência, como tem acontecido.

Vamos passar à votação da ata da sessão anterior: Alguém tem alguma proposta a fazer ao teor da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezanove de fevereiro de dois mil e dezasseis? Se não têm passávamos à votação”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezanove de fevereiro de dois mil e dezasseis, foi aprovada por maioria, com quatro abstenções.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação da proposta de 2.ª correção material à 1ª Revisão do PDM para efeitos de acertos de cartografia, determinados por incorreções de cadastro, de transposição de escalas, de definição de limites físicos identificáveis no tempo, bem como por discrepâncias entre plantas de condicionantes e de ordenamento.

III - Apreciação e votação da proposta de revisão da Carta Educativa do Município de Oliveira do Hospital.

IV - a) - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atualização das verbas constantes nos acordos de execução oportunamente celebrados com as Freguesias do Município, a fazer constar em adendas aos respetivos contratos a celebrar entre o Município e as Freguesias, no âmbito da delegação legal de competências nas Juntas de Freguesia.

IV - b) - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de € 254.816,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e dezasseis euros) no âmbito do quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações e a consequente aprovação do correspondente modelo de Protocolo de Execução.

IV - c) - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de um subsídio de € 10.000,00 (dez mil euros) à Freguesia de Aldeia das Dez, destinado à manutenção do seu equilíbrio financeiro, alterado por força da assunção de encargo extraordinário, de modo a permitir-lhe a prossecução da sua atividade em prol da promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população.

IV - d) - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de um subsídio no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros) à Freguesia de Seixo da Beira destinado ao apoio às obras de construção da Casa Mortuária de Aldeia Formosa.

V - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de primeira revisão das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2016/2019 e a primeira revisão ao Orçamento Municipal do ano 2016.

VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2015.

VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2015.

VIII - Apreciação e votação da proposta de autorização para contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de € 2.000.000,00 (dois milhões de euros), para concretização de diversos investimentos de interesse municipal – Discussão e autorização prévia dos investimentos a incluir.

IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea n), do n.º 1, do artigo 25º da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do artigo 53º, aplicável por remissão do n.º 3, do artigo 56º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de adesão à Associação GEOPARK Estrela.

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de fazer referência aos acontecimentos mais importantes do Concelho desde a última Sessão da Assembleia eu queria referir-me aqui muito rapidamente à circunstância de haver aqui um Membro desta Assembleia, concretamente o Dr. Vilafanha, que se insurgiu contra o Presidente da Mesa pelo facto de as Sessões serem a esta hora, nomeadamente mimoseando-me com o epíteto de prepotente e outras considerações. De seguida respondi-lhe e, de uma maneira geral, penso eu, que lhe desmontei os argumentos todos. Tanto mais, como sabem, a questão da hora das Sessões foi decidida por todos vós e não fui eu que impus coisa nenhuma. Mas, o Sr. Dr. Vilafanha, incapaz de pôr em causa os meus argumentos, passou ao contra ataque com questões que não tinham nada a ver com isto, nomeadamente com a forma como eu fui eleito, com a forma sectária como decidi em relação ao horário, a forma como fui prepotente, que não respeito a democracia, imponho a minha vontade, não ganhei a confiança da Assembleia, etc.

Eu quero dizer-vos que estou aqui para servir unicamente o Concelho e o meu Partido. Não quero fazer disto um cavalo de batalha, mas como eu lhe disse que iria ler o *mail* que lhe respondi, como ele exigiu que eu lesse aqui o dele, e como o dele é muito extenso, eu farei assim, se estiverem de acordo: Na próxima Sessão distribuirei os três *mails* e ver-se-á quem é que tem razão nesta matéria. Voltarei a pedir que a Assembleia se pronuncie sobre duas questões muito concretas: Uma delas tem a ver com a hora. Eu não quero impor a ninguém a hora da Assembleia mas também penso que temos que aceitar as regras democráticas. Se a maioria aceitar que a hora da Assembleia continue a

ser à tarde, eu vou ter alguma dificuldade em aceitar que me chamem prepotente quando é a própria Assembleia a decidir. Portanto, façam o favor, entendam-se neste sentido. Uma grande maioria dos Membros da Assembleia decide que é à tarde e depois o prepotente sou eu! Acho que isto expõe uma personalidade que fica com ele, isto como está a ser gravado ele vai ter a oportunidade de o ler. Depois porei também à consideração desta Assembleia, até porque começo a ficar um pouco farto disto, devo dizer, a questão da solidariedade do plenário contra a minha presença na Mesa. Porque nestas coisas não vale a pena continuar: Ilegalidade não há nenhuma. Se há alguma má vontade por outras questões quaisquer façam o favor e digam-me porque eu não estou agarrado a lugar nenhum, nem nunca estive, e se estive foi enquanto profissional e não aqui. Portanto, fico à espera que nessa Sessão se acabe de uma vez por todas com isto.

Como é hábito vou fazer algumas referências aos acontecimentos mais importantes, desde a última Sessão da Assembleia Municipal: Vou começar pela Festa do Queijo Serra da Estrela. Como sabem, toda a gente teve a oportunidade de ver em Oliveira do Hospital milhares e milhares de pessoas. Tivemos duas televisões com emissões de mais de seis horas durante dois dias a levar ao mundo todo o Concelho de Oliveira do Hospital. A meu ver foi um certame notável que demonstrou uma grande atractibilidade por Oliveira do Hospital. As pessoas vieram cá independentemente das críticas que se possam fazer, as pessoas se estiveram cá é porque gostaram e todas as notícias que nós temos, em termos nacionais, dão grande relevo a este certame.

Salientar também a presença nesses dois dias do Sr. Ministro da Agricultura e do Sr. Presidente da Republica eleito, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, que esteve aqui no Salão Nobre. Tivemos o prazer de receber aqui o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa.

Tivemos também a visita do Sr. Bastonário da Ordem dos Médicos que visitou Centros de Saúde, a Fundação Aurélio Amaro Dinis, Extensões de Saúde, e que também foi referido na Comunicação Social Nacional.

Tivemos ainda a visita da Sra. Secretária de Estado do Turismo, Dra. Ana Godinho, nomeadamente na inauguração de um novo estabelecimento hoteleiro na Ponte das Três Entradas.

Tivemos a presença da Sra. Secretária de Estado da Justiça que prometeu repor algumas competências retiradas a Oliveira do Hospital, o que é bem demonstrativo de que a Câmara Municipal, nomeadamente o Sr. Presidente da

Câmara, não anda aqui a dormir, como alguns dizem, de facto está a trabalhar e a trabalhar bem.

Tivemos também a presença do Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas e ainda a presença do D. Ximenes Belo no âmbito da atividade Pastoral de Oliveira do Hospital que esteve também aqui neste Salão Nobre.

Por fim, tivemos as comemorações do 25 de Abril com grande adesão popular, quer na Sessão Solene, onde participaram os Partidos que quiseram estar e que honraram o 25 de Abril com a sua intervenção. O PSD achou por bem não o fazer e não nos pronunciámos nesse dia e não o vamos fazer hoje. É um comportamento que fica com quem o tem. Durante a tarde houve um concerto no Jardim com as quatro Bandas Filarmónicas do Concelho e que foi presenciado por centenas de pessoas.

Infelizmente temos um acontecimento funesto para o Concelho que foi o falecimento do Sr. Comendador Serafim Marques.

Propunha a aprovação de um Voto de Pesar e que esse Voto de Pesar, no caso de ser aprovado, seja comunicado à família.”

De seguida foi efetuada a votação do Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Comendador Serafim Marques que foi aprovado por unanimidade.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Não preciso de me pronunciar sobre o Sr. Serafim Marques. Todos o conheceram melhor do que eu. Nunca tive o privilégio de conviver com ele pessoalmente, mas antes do Sr. Serafim Marques já houve muita gente neste Concelho que não fez menos, nomeadamente o Sr. Comendador Cabral Metello que tem aqui em baixo aquilo que eu considero o melhor edifício da cidade e sabemos hoje o respeito que é dado à memória do Sr. Comendador Cabral Metello. Só queria que não fosse dado no futuro o mesmo ao Sr. Serafim Marques porque a mim também me consideram um benemérito e não precisei de morrer para saber.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto ao Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Comendador Serafim Marques quero dizer que subscrevo este Voto de Pesar. Gostaria que fosse

também inserido neste Voto de Pesar o falecimento do professor de Educação Física, Prof. Albuquerque.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu respeito a opinião do Eng.º Rafael.

Temos dois pedidos de intervenção do público que ficarão para o fim do Período de Antes da Ordem do Dia.

Passávamos agora à leitura do expediente.”

De seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Há várias cartas, algumas delas do Sr. António Lopes com pedidos de informação.

Também recebemos correspondência do Grupo Parlamentar os Verdes relativa ao problema das ETAR's no Concelho de Oliveira do Hospital.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de entrarmos na discussão da Moção de Censura eu gostava de fazer duas notas prévias.

A primeira é a seguinte: Foi dito pelo Senhor proponente da Moção de Censura “*não abdicamos de ver discutida a Moção como Ponto da Ordem do Dia, o que a Lei consagra*”.

Em minha opinião, a expressão, não abdicamos, pressupõe um juízo de exigência que não está no poder de quem o afirma. Mais democrático seria, em minha opinião, utilizar a expressão proponho, sugiro, peço. Agora, esta exigência quando ela não tem cobertura legal parece-me desajustada.

A alínea l) do nº 1 do artigo 53º, da Lei 169/90 diz que compete à Assembleia Municipal votar Moções de Censura.

O nº 1 do artigo 53º da Lei 75/2013, diz que a Ordem do Dia deve incluir os assuntos indicados pelos Membros do respetivo Órgão desde que sejam da competência deste e o pedido correspondente seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de cinco dias.

Acontece que os assuntos a que se refere este artigo são assuntos substanciais da competência da Câmara. Se um Membro da Assembleia quiser

propor algo que tenha a ver com a competência da Câmara, de facto, integra-se neste artigo e tem que ser inserido na Ordem do Dia.

A Moção de Censura, como o requerimento, como qualquer outro tipo de propostas desta natureza, são questões instrumentais, são processuais, não são substanciais. Como tal, não se integram neste artigo 53º.

Conclusão: A Moção de Censura vai ser admitida e discutida no Período de Antes da Ordem do Dia, como tem de ser.

Segunda nota: O Senhor proponente da Moção, como se lembram todos, mais do que uma vez, considerou irregular e ilegal o funcionamento desta Assembleia por eventual ilegalidade na sua destituição. Aliás, é incoerente porque tem-se absterido, como se lembram, em quase todas as votações.

Nós hoje temos aqui uma Moção de Censura e a questão que eu ponho é esta: Gostava que o Senhor proponente da Moção nos dissesse como é que nós vamos aprovar a Moção de Censura? Tenho muitos anos de jurista mas não consigo, de facto, perceber. Se a Assembleia é ilegal, nós vamos aprovar uma Moção de Censura e se ela for aprovada o Executivo teria que tirar as suas conclusões. Mas como a Assembleia é ilegal a Moção de Censura fica ilegal ou fica legal? Como é? Ou acha que interrompemos aqui num instantinho a tal ilegalidade que invoca para aprovar a Moção de Censura e a seguir retomamos a legalidade. Era isto que eu gostava que ele nos dissesse.

Vamos então proceder às inscrições para a discussão da Moção de Censura ao Executivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“A minha Moção de Censura tem a ver essencialmente com isto que estamos aqui a assistir, e eu permitia-me falar com palavras de terceiros porque eu só tenho a quarta classe e, assim, escuso de cometer tantos erros.

No dia nove de setembro de dois mil e seis foi dito nesta Assembleia, aqui neste sítio onde eu estou, “*saúdo com amizade todos os colegas e começo também por lavar o meu protesto porque efetivamente não gosto de falar sobre pressão. Estou disposto em vir para aqui aoi sábado, todo o dia, e estou disposto a ficar hoje até às seis da manhã, se for preciso, apesar de ter saído de Lisboa às cinco e meia ou seis horas. Portanto, sobre pressão não me obriguem a estar aqui*”. O Senhor que disse isto é o Senhor Presidente atual da Assembleia.

Eu, para ver se isto tinha alguma piada, perguntava-lhe se isto ainda é verdadeiro?

Depois, disse aqui mais uma série de coisas parecidas com esta, como por exemplo criticar uma Senhora Jornalista, onde dizia que “*quem andava de cócoras não era capaz de andar direito*”. E dizia mais à frente, o que o Senhor António Lopes fazia aqui ultimamente era aquilo que ele cá fez oito anos sem grande sucesso. Mas, eu, Sr. Presidente, espero ter um bocadinho mais de sucesso.

Voltando à questão da pressão, e voltava mais atrás, não sei se depois o tempo vai dar para discutirmos a questão das presenças e das ausências, eu sei que esta Assembleia é legal porque os Senhores a mim não me apanham em incoerências e para mim até começava às nove da manhã porque de manhã cedo é que se começa o dia para trabalhar.

Agora, manda o bom senso, penso eu, e quando eu era Presidente da Assembleia e dirigia esta Assembleia em minoria e nunca cá tivemos os problemas que temos agora com a maioria absoluta. Portanto, pergunto se esta Assembleia e o Sr. Presidente e a Mesa se sentem bem não estando aqui o líder da oposição e não estando aqui o Presidente da maior Junta que representa cinco mil setecentos e oito eleitores e 27,36% do eleitorado, se o Senhor se sente bem com esta Assembleia? Pergunto porque é que fazem? O líder da oposição, eu até compreenderia mas o Presidente da Junta foi porque duas vezes teve aqui uma manifestação de grande dignidade e que por ventura não agradou ao Sr. Presidente da Assembleia? Gostava de saber isso!

Pergunto-lhe se a democracia que o Partido Socialista quer nesta casa é a democracia da exclusão?

Sempre se trabalhou aqui, e agora vou dizer ao Senhor líder do PSD, eu volto a dizer, eu ando aqui para cumprir a minha missão com a dignidade possível. Isto também não fica bem ao líder do PSD. O homem quer ser Presidente de Câmara, é pressuposto que querera ser, e é legítimo que queira ser, não pode invocar que está a trabalhar até porque a Lei lhe permite ser pago, sem nenhuma penalidade. Portanto, esse argumento para mim não serve!

Eu gostava de saber o que é que a Mesa vai fazer relativamente ao Sr. Presidente da Junta de Oliveira do Hospital? Porque o estar no emprego não é nenhuma justificação até porque a Lei tem uma prevenção para isso.

O Senhor diz que aqui não se decide com ilegalidades mas recebi hoje o sexto parecer da CADA que diz que nesta Assembleia e neste Concelho só se fazem ilegalidades.

Eu disse ao Senhor Doutor, nós temos muita conversa particular e quero agradecer aqui ao Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves, eu ultimamente até mando com conhecimento ao Sr. Presidente da Câmara. Nada que eu não lhe tenha dito quando era Presidente mas é para não se esquecer. Sobre estas questões eu disse ao Senhor Doutor que até questionava se ele era Doutor? Claro que eu sei muito bem que o Senhor Doutor é Doutor. Agora, quando eu vejo afirmações como as que citei e quando vejo as decisões que o Senhor Doutor toma na quadratura do círculo para dizer que eu não posso. Senhor Doutor, eu já lhe disse aqui várias vezes, e volto-lhe a dizer, que não há nenhuma incoerência na minha atitude. Eu sou um cidadão respeitador da Lei. E eu não sei se o Tribunal me vai dar razão ou se não me vai dar razão. Até porque na minha vida particular tive há dias uma sentença da Relação de Coimbra que me deu razão e agora outro colega da mesma Relação não me deu razão. O Senhor Doutor sabe que isto é assim!

Portanto, eu não sei se vou ter razão ou se não vou ter razão e por isso venho às Assembleias porque então com essa coerência eu não vinha à Assembleia. Essa é que era a coerência. É ilegal, não vou! Com a minha presença estou a legalizar as reuniões. Não! Eu respeito o estado democrático e respeito a estrutura democrática deste País.

Eu não sei qual é a decisão e à cautela defendo-me nas votações e à cautela cumpro o meu dever de deputado manifestando aqui a minha opinião, que foi isso que o eleitorado a mim me mandou fazer. Eu disse ao Senhor Doutor se o Senhor é Doutor, e eu não tenho dúvidas que é, e como a CADA me deu parecer, mesmo quando o Senhor me achincalhou do meu falar e do meu escrever, eu até acho que me exprimo razoavelmente na língua de Camões, quer por escrito quer falado. O Senhor tentou-me achincalhar de toda a maneira e a CADA daí para cá tem estado a dar o tratamento quase em cima da hora para o Senhor não se esquecer. Eu já notei que eles não gostam de si. Pois vou acabar porque a conversa não está nada interessante!

Eu não gosto de falar sobre pressão e o Senhor também não gosta.

Estamos a falar de assuntos muito sérios para este Concelho. Os Senhores andam aqui a brincar com a democracia, a dizer que são de esquerda, e depois vem dizer que ao abrigo do artigo 53º eu, ou qualquer cidadão que está aqui, destes trinta e sete, que não pode, mas eu digo que pode e deve.

O que eu dizia aí no seu lugar é que esta Assembleia fazia os serviços mínimos. Eu não faço os serviços mínimos. Tenho de assumir o mandato e a responsabilização que assumi perante os eleitores.

Tenho aqui seis pareceres. Recebi hoje este parecer e já lhe disse uma vez que com estes pareceres que eu tenho recebido que eu não me sentava aí. E com este digo-lhe mais: O Senhor não tem, a partir deste momento, condições políticas do ponto de vista jurídico, depois deste parecer da CADA para continuar nesse sítio.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“De facto eu gostava de tecer algumas considerações sobre esta Moção que tive a oportunidade de analisar o melhor possível para poder ter uma ideia correta e para poder tomar uma decisão relativamente à votação.

Tenho pena que o Sr. António Lopes não esteja porque eu precisava, mesmo, de alguns esclarecimentos que eu não consegui colher na própria Moção de Censura.

Sr. Presidente da Câmara, quero dizer-lhe, em primeiro lugar e em primeira mão, que este Executivo não sendo perfeito, porque não é, no entanto faz um bom trabalho. Esse trabalho é assente em competência e ponderação porque as pessoas que compõem o respetivo Executivo, quanto a mim, são pessoas credíveis e o Senhor, como timoneiro deste barco, tem sabido levá-lo a bom porto.

Quando tive conhecimento, pela Comunicação Social, que iria ser apresentada uma Moção de Censura ao atual Executivo pensei que algo de muito grave, mas mesmo muito grave, estava a acontecer e que me estava a passar ao lado. Esperei, para analisar a referida Moção, e recebido o texto, analisei-a.

O Sr. António Lopes não está cá mas, quero dizer, mesmo assim, que eu estava à espera de uma Moção de Censura “arrasadora”, mas não é isso que aqui se apresenta. Esta Moção de Censura, no meu entendimento, é banal, não apresenta consistência nem sequer coerência relativamente ao efeito que talvez pretendesse. É um conjunto de generalidades do senso comum, de comentários de café, mas não apresenta alternativas nem soluções. Aliás, contém mesmo muitas contradições e imprecisões. Senão vejamos: Lê-se na Moção de Censura no subtítulo das práticas democráticas, e passo a citar: “*O recurso aos tribunais, que tanto se criticou no anterior executivo passou a ser a prática corrente desta administração, com pouco sucesso, como se tem verificado. A intimidação, também por aqui não resultou.*”

Mas o anterior Executivo não tinha também como Presidente da Assembleia o agora proponente desta Moção de Censura?

Esta Moção, de facto, faz referência ao recurso aos tribunais mas isso também tem sido uma prática comum do proponente desta Moção que fala em intimidação.

Também nós aqui temos ouvido essa mesma intimidação por parte do proponente algumas das vezes.

O outro subtítulo, Da realidade Social, e passo a citar: “*As obras de vulto, levadas a cabo, foram as já programadas, projetadas e parcialmente executadas pelo anterior executivo.*”

Mas, digam-me: O anterior Executivo não foi presidido também pelo atual Presidente da Câmara? Não é o mesmo?

Volto a citar: “*Regrediu-se na saúde com a supressão de postos médicos e pontos de assistência. Regrediu-se na justiça com a limitação do tribunal. Aumentou o desemprego e a emigração.*”

Deixo uma pergunta: Será que foi o Executivo Camarário que provocou tudo isto?

Se assim fosse, isso só aconteceria no Concelho de Oliveira do Hospital, e o nosso País seguiria de vento em poupa, e nós seríamos a única exceção a nível nacional.

A Câmara Municipal, que eu saiba, ainda não tem as competências do Governo da República e estas são atribuições e são competências do Governo da República.

No outro subtítulo, Do desenvolvimento: Relativamente à BLC3 entendo que não se aborda, na minha perspetiva, o problema fundamental. Na visita que tive a oportunidade de fazer à BLC3 fiquei a perceber que existe um potencial enorme na BLC3 faltando, no meu entender e disso dei conhecimento quando lá estive, dar-se a conhecer às pessoas em geral. Às pessoas que estão no campo, às empresas, aos jovens, e à população em geral. É preciso que a BLC3 saia um pouco da sua concha e que seja efetivamente a mola de desenvolvimento que, de facto, se pretende que seja e que tem todas as potencialidades para o ser. Falta, no meu entender, dar esse passo.

O outro subtítulo, Da Legalidade e Transparência: Passo a citar: “*A gestão democrática do Município passa por uns dos períodos mais negros da sua história. Ofende-se nos locais de discussão, Assembleia...*”.

É verdade, eu também sou testemunha disso.

O proponente da Moção censura por diversas vezes e também ofendeu os membros desta Assembleia e a mim em particular quando diz que esta Assembleia faz o trabalho mínimo e que muitas das vezes não sabe o que anda a fazer e que os Membros desta Assembleia não sabem exatamente o que andam a fazer. Isto de facto é passar um atestado de incompetência, ignorância, aos Membros desta Assembleia.

No subtítulo, Do Desporto Cultura e Tempos Livres: Diz-se a determinada altura, “*Qual é a situação no que a creches e equipamentos escolares diz respeito? Qual é o apoio dado para refeições e ATL’s?*”

Todos sabemos quais são as competências das Câmara Municipais neste domínio. Parece que alguém anda distraído!

Quando foi proposto às Juntas de Freguesia as delegações de competências no âmbito das refeições escolares também aqui foi dito que o Ministério não cobre a totalidade do preço real das refeições e que o diferencial é pago pela Câmara Municipal. O diferencial do custo real relativamente aos Transportes Escolares e à Ação Social também é assegurado pela Câmara Municipal. Isto foi dito aqui nesta Assembleia.

Quero dizer ao Sr. António Lopes que fico extremamente triste e desiludido, e penso que só pode ter sido um lapso, quando o Sr. António Lopes inclui o Lar Sarah Beirão no subtema Desporto Cultura e Tempos Livres. Pensei eu: Será que alguém quando vai para o lar é por desporto? Será um ato cultural? Ou será que vai ocupar os tempos livres? Penso que nenhuma das coisas e só posso acreditar que seja um lapso.”

Relativamente a este Ponto quero dizer que não percebo esta Moção.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por dizer que, de facto, o Sr. António Lopes não me consegue convencer a votar na sua Moção de Censura, mas, o Partido Socialista e o Sr. Presidente da Mesa ajudando, quase que conseguem.

O Sr. António Lopes não me convence mas o Partido Socialista e o Sr. Presidente da Mesa quase que me convencem a votar favoravelmente esta Moção. Convencem-me porque o PS e o Sr. Presidente da Mesa, e desculpe fazer esta referência, continuam a cometer o mesmo erro desde o primeiro dia que estão nesta Assembleia Municipal. Refugiam-se em expedientes de ordem processual para limitar a discussão, e eu não quero entrar aqui na discussão jurídica que não interessa a ninguém e não interessa à Assembleia e não

interessa aos Municípes que são quem em última instância beneficiam do nosso esforço.

O PS não tem que se refugiar em expedientes processuais. O PS tem que se refugiar em expedientes políticos. Se o PS, hoje, não concorda com esta Moção de Censura tem que fazer uma coisa. Tem que votar contra e tem que dar espaço e tempo para que essa discussão seja feita porque isso beneficia esta Assembleia, beneficia-nos a nós e beneficia todos em última instância.

E mais, Sr. Presidente da Câmara, eu tenho é pena, e se estivesse no seu lugar hoje estava triste, porque o PS quando viu um Moção de Censura a ser apresentada ao Concelho através da Comunicação Social, não anunciar de imediato que iria apresentar um Moção de Confiança reconhecendo confiança ao seu trabalho, enaltecendo o seu trabalho, vangloriando o seu trabalho, isso é que é pena. O PS continuou adormecido durante uma semana e não deu uma resposta política a uma Moção de Censura que esteve na rua, que esteve durante este tempo todo a crucificar o seu trabalho. Esse é que é o papel do PS. O papel do PS não é um papel processual mas é um papel político.

Chegados aqui e porque a resposta tem que ser em primeira instância também para o Sr. Ex-Presidente da Assembleia Municipal, Sr. António Lopes: Sr. António Lopes, O CDS não vota uma Moção de Censura a este Executivo Municipal porque para existir uma Moção de Censura, isto faz parte das regras políticas e das boas regras políticas elementares, tem que existir uma alternativa. E nós temos que ser sinceros. Hoje o Concelho não tem uma alternativa. Não tem! É preciso dizer-lo com todas as letras. Nós estamos a dois anos de Eleições Autárquicas e temos o maior partido, o partido da oposição, o partido com maior responsabilidade para formar essa alternativa completamente em cacós. Basta vermos o esforço que alguns elementos do PSD fazem para virem às Assembleias Municipais e que representam o PSD com algum brilhantismo como o Eng.º Rafael mas é pouco e é preciso muito mais.

Sem uma alternativa consistente, válida, capaz que o CDS tem ajudado e quer construir, aqui, com proposta política e alguma tem sido recebida, e bem, nomeadamente na área da família, pelo atual Executivo Municipal, e tem beneficiado disso, na questão do IMI, na questão da tarifa familiar da água, e outras propostas que já foram recusadas mas que no futuro podem vir a ser aprovados como a questão dos manuais escolares. É preciso construir uma alternativa. Para além de construirmos uma alternativa também não chega porque não é isso que os nossos Municípes e concidadãos esperam de nós que façamos política só pela negativa. Não chega fazer política pela negativa.

Não é isso que, hoje, os Portugueses e os Oliveirenses esperam da política nacional e local. Não chega falar mal. Não chega dizer que as políticas de desenvolvimento local não estão adequadas e que são fracas. É preciso construir uma alternativa, e eu e o CDS estamos aqui disponíveis desde o primeiro dia, porque é preciso fazer política pela positiva e não só de um ponto de vista negativo.

Deixo aqui um desafio ao Sr. Presidente da Câmara, um desafio a todas as lideranças partidárias, fora de partidarismo, façamos, e eu estou disponível para isso, podia-o fazer sozinho e podia-o querer fazer no âmbito do meu partido mas acho que isso não iria beneficiar o Concelho nem os Oliveirenses, vamos fazer uns Estados Gerais no Concelho. Vamos todos em conjunto organizar os Estado Gerais do Concelho, isso sim seria uma grande resposta a esta Moção de Censura e a toda a política negativa que se quer fazer.

O que é que são os Estados Gerais do Concelho: É convidar os melhores que nós temos na Saúde e vamos ouvi-los, os melhores que nós temos na Educação e vamos ouvi-los, os melhores que nós temos no Turismo e vamos ouvi-los, e vamos ouvir essas pessoas em todas as áreas, das IPSS, do agroturismo, da gestão florestal, independentemente da sigla partidária, vamos ouvir todos e vamos todos em conjunto independentemente, também, do Partido beber dos seus ensinamentos, potenciar políticas de desenvolvimento local que têm muito pouco que ver com o CDS, com o PSD, com o Partido Comunista, com o PS, não tem nada a ver com isso, tem a ver connosco que vivemos aqui e que nos ajudem a crescer e a desenvolver Oliveira.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre esta Moção de Censura, sinceramente, pensei duas vezes se deveria intervir ou não porque realmente penso que ela não tem justificação embora todos os Deputados e todas as pessoas intervenientes neste processo tenham o direito de apresentarem aquilo que entenderem.

Resolvi fazer algumas considerações e em primeiro lugar gostaria de dizer ao Sr. Dr. Luís Lagos que uma Moção de Confiança poderia, efetivamente, ser apresentada se a Câmara estivesse numa situação em que é contestada por todos os Deputados, ou por uma grande maioria dos Deputados, pelos Presidentes de Junta, o que não é o caso. Apenas há aqui uma pessoa que está a apresentar uma Moção de censura. Portanto a resposta a esta Moção de Censura e a confiança, ou não, que será mantida a este Executivo será a

resposta que esta Assembleia dará, com certeza, na votação a esta Moção de Censura.

Resolvi fazer algumas considerações à Moção porque esta Moção de Censura não tem qualquer sentido e é apenas mais um número ou a tentativa de criar um facto político.

O PS porque é um partido democrático e respeitador desta Assembleia Municipal vem aqui discutir esta Moção que em condições normais nem mereceria discussão. Bastaria dizer-vos que a grande maioria das decisões do Executivo Municipal até têm sido votadas favoravelmente pelo PSD o que diz bem o que é que tem sido a ação deste Executivo Socialista e a sua facilidade em gerar consensos.

O que é ainda mais inédito é dizer-se que esta Assembleia Municipal é ilegal, que não se conhece legitimidade ao Presidente da Mesa, e quando não interessa nem sequer se vota. Por outro lado, quando convém fazer um número político, apresenta-se uma Moção de Censura para ser votada, em que o Deputado que a apresenta em coerência nem sequer a devia votar. Podemos assistir aqui, hoje, nesta Assembleia a um facto inédito em que o próprio signatário da Moção não votar a favor mas sim abster-se. Isto se seguir a mesma linha de coerência que tem traçado nesta Assembleia e uma vez que ela é ilegal. Parece-me que não será assim uma vez que não está cá.

Temos que reconhecer que quem merece uma Moção de Censura é mesmo quem tem este tipo de comportamento, quem tem esta incoerência, até pela trapalhada que faz do uso das competências de Deputado Municipal a que temos assistido.

Em face da postura e das contradições que vai exibindo com o passar das Sessões da Assembleia Municipal, depois de tanta crítica, tanta queixa, incluindo o recurso aos tribunais, depois de querer ultrapassar as suas competências de Deputado Municipal, pensamos que só lhe resta um desfecho: Sr. Deputado Municipal, em coerência, Sr. Deputado António Lopes, tem que assumir as suas responsabilidades políticas, assumir-se como uma verdadeira alternativa e ir a votos nas próximas Eleições Autárquicas. Deixamos-lhe este desafio e depois todos saberemos quem realmente estará ao seu lado.

Quanto a todo o resto que está na Moção não nos merece mais comentários porque muito daquilo que se critica era o que o Sr. Deputado defendia há uns tempos atrás em campanha eleitoral e por isso penso que está tudo dito.

Poderia ainda falar sobre os pontos que são referidos na Moção relativamente à Educação, à Cultura, à Saúde, no Campo Social, na situação financeira da Câmara que é exemplar, nos protocolos que se têm feito com as Freguesias, enfim, a tudo isto eu poderia fazer referência porque todos temos assistido e sabemos o que este Presidente da Câmara e este Executivo têm feito por este Concelho, e sabemos qual é o grau de satisfação das pessoas porque basta andar pelo Concelho para sabermos qual é a opinião que têm relativamente a este Executivo.

A Moção também se refere ao populismo do Sr. Presidente da Câmara. Eu acho que se está a confundir populismo com afetos. Aquilo que o Sr. Presidente faz reflete o afeto que tem pelas populações, e a sua maneira de ser.

Obviamente que vou votar contra esta Moção de Censura.

Da nossa parte aquilo que continuaremos a fazer é a respeitar o espírito de união, o trabalho em conjunto, o constante diálogo que sempre tem existido nesta Assembleia Municipal entre a grande maioria dos Deputados e todas as Juntas de Freguesia e o Executivo Camarário. É assim que queremos continuar para construir o futuro deste Concelho.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para se defender, querendo, da Moção de Censura, quero referir duas notas: Ouvindo o proponente parece que a Moção de Censura não era ao Executivo mas ao Presidente da Mesa. Aliás, o Dr. Luis Lagos foi um pouco atrás, com muita pena minha. Eu já disse aqui que não quero protagonismo nenhum. O protagonismo deve ser todo da Câmara porque está a fazer um excelente trabalho e é a Câmara que está aqui em causa na Moção de Censura, não é o Presidente da Mesa, e por isso não se faça aqui essa confusão.

Por outro lado, dizer que eu apenas me defendi do *mail* que o Dr. Vilafanha me enviou. Não fui eu que tomei a iniciativa, ele é que me chamou prepotente. Ora, a prepotência tem a ver com uma atitude própria. O que acontece é que a hora de realização das Sessões da Assembleia foi decidida pela grande maioria dos Membros desta Assembleia. Portanto, eu só me defendi. Se eu já não tenho o direito de me defender, façam o favor, digam-me. Não estou a vitimizar-me porque também não preciso disso.

Sr. Presidente da Câmara, passo-lhe a palavra para se defender, querendo, da pretensa Moção de Censura.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero hoje fazer um cumprimento muito especial ao público. Era bom que mais pessoas participassem e assistissem a estas Assembleias Municipais e por isso hoje faço uma saudação muito especial a algumas caras novas que hoje aqui estão. Esta presença do público é boa para que as pessoas se possam aperceber da luta política.

Sobre Moções de Censura que são feitas num pasquim, como o próprio proprietário se intitula, que são feitas por dois, ou três, correligionários quero dizer-vos que não tive tempo para ler essa Moção de Censura, nem ia perder tempo a ler essa Moção de Censura. Primeiro porque na semana passada estive, com grande orgulho, num congresso de autarcas europeu e estive a representar a Comunidade da Região de Coimbra. Estive a participar em colóquios que nos interessam muito mais e por isso não tive tempo.

Também quero dizer o seguinte: Eu tenho outras coisas para ler e ultimamente tenho lido sobre um grande político que é Churchill e tenho aprendido umas coisas.

Quero fazer um agradecimento ao Partido Socialista relativamente á defesa que aqui fez. O Partido Socialista não precisa de me apresentar nenhuma Moção de Confiança porque eu sinto a confiança do Partido Socialista todos os dias, a todas as horas, e em todos os momentos.

Por isso, meus caros amigos, não fiquem preocupados porque eu não tenho problemas nenhuns por não ter tido essa Moção de Confiança porque eu sinto-a.

Tenho que deixar aqui uma palavra muito especial a esta posição do CDS e do Dr. Luís Lagos: É uma posição clara e divergente relativamente à forma como vê a posição do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Eu quero dizer que não me meto nos trabalhos da Assembleia mas estou aqui pronto para responder a tudo e não tenho medo de discutir todos os assuntos.

Também quero agradecer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e dizer que fiquei a conhecer a Moção pelas suas palavras porque como eu já disse não a tinha lido.

Gastava de citar Churchill. Em vinte e dois de abril de mil novecentos e vinte e seis Churchill disse isto: “*Não seremos julgados pelas críticas dos nossos adversários mas sim pela consequência dos nossos atos*”.

E disse mais: “*Um fanático é alguém que não consegue mudar de opinião e não quer mudar de tema*”.

De seguida procedeu-se à votação da Moção de Censura ao Executivo da Câmara Municipal. Efetuada a votação, a Moção de Censura ao Executivo da Câmara Municipal, foi rejeitada por unanimidade.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte declaração de voto:

“Como não podia deixar de ser, eu votei contra a Moção de Censura.

Votei contra por uma razão muito simples: Eu li a Moção. O Sr. Presidente da Câmara diz que não a leu porque não teve tempo mas eu li a Moção e lia com muita atenção. Aquilo que eu vi nesta Moção não foi mais do que aquilo que eu tenho visto, e penso que todos nós temos visto, ao longo de meses, e já de muitos meses, depois do que aconteceu aqui nesta Assembleia, a destituição do Sr. António Lopes de Presidente da Assembleia Municipal.

Não é nada de novo para nós! Para o Partido Socialista isto não é nada de novo. Nós já sabíamos, antes da destituição do Sr. António Lopes, e explicámos muitas vezes ao Sr. António Lopes questões que ele levantava, e foram-lhe todas explicadas e o Sr. António Lopes não quis entender. Não quis entender e afirmou nesta Assembleia, como toda a gente se recorda, que estava fora do projeto político do Partido Socialista. Obviamente que não havia condições para que o Sr. António Lopes continuasse à frente desta Assembleia Municipal. A partir daí, veio o que veio, e é o que é! São os episódios que todos nós já conhecemos. São denúncias na justiça, são denúncias para a polícia judiciária, e tudo isto que nós sabemos.

O Sr. António Lopes anda aqui numa cruzada pessoal e personificada contra o Presidente da Câmara, e todos nós entendemos isso, todos nós já vimos o porquê disto tudo. Portanto, meus amigos, eu não poderia ter outro sentido de voto que não fosse votar contra.

O tempo o dirá, o tempo fará justiça. O Sr. António Lopes anda aqui numa cruzada e o que me choca é que anda a por em causa a honestidade e seriedade de muito boa gente como se fossem uns quaisquer malfeitores que estejam à frente da Câmara ou da BLC3, ou seja do que for. A leitura que eu faço só tem um entendimento: Se ele não fizesse isto caía no esquecimento e mais ninguém se lembrava do Sr. António Lopes.

Dr. Luís Lagos, o Senhor, a nós, não nos ensina nada sobre democracia. Limitar a discussão? Mas alguma vez o Partido Socialista ou os responsáveis que estão à frente desta Assembleia Municipal é que limitaram a discussão a alguém? O Senhor, sobre democracia, não nos ensina nada!

Apresentar uma Moção de Confiança ao Sr. Presidente da Câmara? Mas a respeito de quê? Toda a gente sabe o que se tem passado nesta Assembleia e toda a gente sabe qual é a confiança que esta Assembleia tem com o Sr. Presidente da Câmara. Quero dizer-lhe que o Partido Socialista confia, e vai continuar a confiar, no Prof. José Carlos Alexandrino. Não venha ninguém dizer, como já tem sido dito, que o Partido Socialista já está a começar de abrir brechas e que eles já não se entendem. Desenganem-se! O Partido Socialista está unido. Está unido com os Membros da Assembleia e está unido com este Executivo Camarário.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte declaração de voto:

“O Dr. Luís Lagos na sua intervenção fez referência ao meu nome e quero dizer-lhe que agradeço as suas palavras. Também quero referir que o PSD não está em cacos e quem deve fazer essa avaliação não é o Sr. Deputado mas é o eleitorado e, quanto a isso, aguardemos serenamente.

Gostaria de perguntar porque é que esta Moção não foi incluída na Ordem de Trabalhos, tendo em conta que a estamos a discutir e a votar?

No nosso entender, não faz sentido excluir a Moção da Ordem de Trabalhos. O que diria o PS de outros tempos, se não fosse incluída na Ordem de Trabalhos?

Quanto à Moção em si e ao seu conteúdo achamos que esta Moção, nesta altura, é descabida no tempo e tem algum conteúdo com o qual não nos revemos. Pensamos que esta Moção deveria ser mais pró-ativa e que lhe faltam ideias alternativas bem como propostas que poderiam ser incluídas e não apenas a crítica pela crítica no “bota abaixo” do Executivo Municipal. Por isso o nosso voto contra esta Moção.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de entrarmos na Ordem do Dia eu desafiava os Partidos e o Sr. Presidente da Mesa a discutirmos o horário das Sessão da Assembleia.

Os Deputados que não estão presentes fazem falta nesta Assembleia para que haja uma discussão democrática. Também temos que ver porque é que houve esta mudança. A maior parte dos Concelhos fazem as Sessão da Assembleia Municipal durante a semana.

Esta experiência na mudança do horário de realização das Assembleias também foi uma proposta do Executivo porque eu não estou disponível para começar uma Assembleia às nove horas da noite e ficar aqui até às cinco da manhã. Ficar aqui até às quatro ou cinco da manhã é uma violência para as pessoas.

Podem existir propostas alternativas para que em consenso se possa decidir. Por exemplo à sexta-feira às cinco da tarde e íamos até às nove ou dez horas da noite o que eu acho que é razoável.

Acho que fazem falta os Deputados do PSD porque a discussão para ser mais rica deve ter mais gente.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Acrescentando um pouco àquilo a que o Sr. Presidente da Câmara referiu eu também quero dizer o seguinte: Esta matéria já foi discutida várias vezes mas acho que podemos continuar a discuti-la. Já vimos que só três Concelhos, em vinte e um, que é Manteigas, Gouveia e Oliveira do Hospital é que fazem as Sessões da Assembleia Municipal à noite. Eu tive a oportunidade de fornecer a um dos elementos do PSD essa lista onde está demonstrado que as Assembleias Municipais são feitas à segunda-feira, à terça-feira, à quarta-feira, a qualquer hora do dia. Por outro lado há a questão legal porque todas as empresas têm o direito a ser ressarcidas pelo tempo que os Deputados estão aqui.

Como é próprio numa democracia é preciso que no fim de ser deliberado por maioria, se não conseguir ser por unanimidade, as pessoas que fiquem em minoria que aceitem as regras do jogo. Porque quem ficou em minoria, que é o caso, chama prepotente ao Presidente da Mesa. Então, eu não sei qual é a conceção de democracia que estas pessoas têm.

Vamos continuar a discutir mas façam o favor de se entenderem quanto a isto.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António da Silva Moreira, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por felicitar a Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, por finalmente ter dado início ao levantamento dos prédios degradados na minha Freguesia que oferecem um constante risco para quem passa perto dessas casas que foram abandonadas.

Quero perguntar ao Sr. Presidente qual o motivo para que as casas de banho anexas ao Museu da Bobadela se encontrem encerradas sendo necessário que os visitantes tenham que requisitar a chave?

Também quero perguntar ao Sr. Presidente se deu autorização para que o Centro de Interpretação de Arte Romana fosse criado como uma espécie de padaria onde se fabrica pão no forno anexo? Esse pão a uns dá-se a outros vende-se.

Também queria solicitar ao Sr. Presidente da Câmara para que fosse feita uma intervenção na estrada que liga a Bobadela a Nogueira do Cravo mais propriamente a partir do cruzamento da quinta da Mata uma vez que de Nogueira até à quinta da Mata a estrada está excelente. Eu sei que não se pode chegar a todo lado mas dentro das vossas possibilidades solicitava que fosse feita a referida reparação.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar quero felicitar a Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, pela realização da Festa do Queijo. Foi um grande evento que se realizou no nosso Concelho e o Senhor pode dizer bem alto que é dos maiores eventos a nível nacional dentro do género. Também dar os parabéns pelas comemorações do 25 de Abril.

Quero dar a conhecer ao Sr. Presidente da Câmara uma situação que me foi relatada por um proprietário: As Águas do Zêzere e Côa e agora Águas de Lisboa e Vale do Tejo não resolveram com os proprietários os problemas relativos aos terrenos. Não fizeram as escrituras e não pagaram os terrenos onde estão instaladas as Estações Elevatórias. Penso que a situação da ETAR também ainda está por resolver. Gostava que o Sr. Presidente intercedesse para saber como é que está a situação.

Também gostava de saber como é que está a situação relativa às ligações que ainda faltam fazer.

Pergunto também ao Sr. Presidente da Câmara qual é a situação relativa à limpeza das margens do rio dentro das zonas urbanas porque aproxima-se o verão e é urgente que as limpezas sejam feitas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. José António Gomes Guilherme, que fez a seguinte intervenção:

“Também não podia deixar de dar os parabéns ao Município e ao Sr. Presidente da Câmara pelo grande evento que foi a Festa do Queijo e pelo grande êxito a nível nacional.

Também quero colocar uma questão ao Sr. Presidente relativamente à estrada que liga Lagos à Lajeosa. Sei que este assunto já foi levado à reunião de Câmara. Para quando o início das obras de requalificação dessa estrada?”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Quero referir nesta Assembleia como é que os CTT tratam a minha Freguesia após a privatização. Os serviços dos CTT na minha Freguesia sempre foram prestados em estabelecimentos comerciais mas tínhamos todos os serviços que um posto poderia prestar nomeadamente enviar e receber encomendas, enviar e receber vales de correio, enviar e receber cartas. Depois da privatização foram acabando quase todos os serviços. Neste momento só temos a caixa para colocar as cartas e a venda de selos e pouco mais. Até as cobranças são condicionadas. Não têm em consideração quem está a vinte quilómetros do Banco e não tem possibilidade para resolver possíveis dificuldades bancárias.

Neste momento a pessoa que está a fazer este serviço na minha Freguesia, devido à sua idade, pediu escusa para fazer este serviço devido às condições de saúde que tem neste momento.

Ao ter conhecimento desta situação reuni há uns dias com o Coordenador dos CTT da zona para tentar que as pessoas da minha Freguesia para comprarem um selo ou para porem uma carta no correio não tenham que ir para Avô, o que para a maioria dos habitantes de Alvôco é mais difícil do que vir a Oliveira do Hospital. Não só porque é mais difícil o transporte como também porque vêm várias pessoas para Oliveira do Hospital.

O Coordenador dos CTT disse que para manter este serviço só arranjará alguém mediante certas condições porque os CTT é uma empresa que tem de ser rentabilizada.

Os habitantes da minha Freguesia queriam agir perante esta situação e protestar contra o fim destes serviços e por isso pedia ao Sr. Presidente para nos ajudar a resolver esta situação.

Depois do fecho da Casa do Povo, das Escolas, e de outros serviços, a população da minha Freguesia não vai ficar calada.

Tenho que manifestar a minha indignação perante todas estas privatizações. Hoje, todos os políticos defendem a coesão territorial e deixam estes serviços nas mãos de pessoas que não têm sensibilidade nem têm noção do que é viver no interior. Estarão estas pessoas a pensar em Portugal?

Relativamente à intervenção do Dr. Luís Lagos, nomeadamente no que diz respeito à Moção de Confiança, também quero referir que ao longo das várias Assembleias toda a gente vê a confiança que todos os Deputados e todos os Presidentes de Junta têm no Sr. Presidente da Câmara. Esta confiança não é só dos Presidentes de Junta que foram eleitos pelo Partido Socialista é também dos Presidentes de Junta independentes e de outros partidos e por isso não necessita dessa Moção de Confiança. Compreendo e reconheço o valor do Dr. Luís Lagos, falta cerca de um ano para as eleições autárquicas e eu acho que ele está a começar a trabalhar bem.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar gostaria de lamentar o falecimento do Sr. Comendador Serafim Marques e do Sr. Prof. Albuquerque, expressando aqui o meu pesar. O Sr. Prof. Albuquerque foi meu professor durante dois anos, eu tinha muita proximidade e era muito amigo dele, falávamos muitas vezes.

Julgo que nesta Assembleia devemos falar de todos os assuntos mas há alguns que não têm substância e por isso devemos centrar a nossa atenção para os assuntos que realmente fazem desenvolver o nosso Concelho e melhoram a vida dos nossos cidadãos. Temos que trabalhar arduamente para merecer o voto do povo que paga impostos.

Gostaria de fazer aqui referência a algumas obras na minha Freguesia. Já são obras ansiadas há muitos anos pela população e por isso gostaria de reconhecer publicamente o Sr. Presidente da Câmara e o seu Executivo. Congratulo-me com a conclusão da obra na curva da estrada entre Aldeia de Nogueira e Nogueira do Cravo. É uma zona onde houve muitos acidentes durante vários anos. Neste momento a curva foi alargada e a realização desta

obra deve-se à intervenção do Executivo da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia no entendimento com o proprietário do terreno que foi excelente e proporcionou o alargamento da estrada.

Congratulo-me com o alargamento da rua do Enxudre que é uma via de acesso à encosta do Vale do Alva. Quando esta obra estiver concluída vai ser muito bom para os residentes bem como para os Bombeiros que também utilizam esta rua.

Uma obra de extrema importância na minha Freguesia é a estrada do Senhor das Almas/Nogueira do Cravo. Esta obra é muito ansiada por todos porque passam nesta estrada centenas de pessoas diariamente.

Está aberto o procedimento concursal para a ampliação do Cemitério de Nogueira do Cravo, que é uma urgência. Eu pedia para que com a máxima brevidade possível se iniciassem essas obras porque neste momento só temos três sepulturas vagas.

Quero fazer um apelo, e referir que é uma ansiedade muito grande das pessoas que residem na zona entre Vendas de Galizes e o Senhor das Almas. Residem ali mais de trezentas e cinquenta pessoas. Aquando da requalificação da Estrada Nacional 17 eu gostaria que fossem feitas as infraestruturas de saneamento para as povoações de Quinta da Abrunheira, Conchada, Reta da Salinha até às Vendas de Galizes. Nesta zona residem muitas pessoas que muitas vezes se sentem abandonadas e não podemos deixar aquelas pessoas sem estas infraestruturas de saneamento porque todas elas pagam os mesmos impostos e por isso têm que ser tratadas da mesma forma. Gostava que este problema fosse resolvido com a máxima brevidade possível até porque estas obras já estão prometidas há mais de vinte anos e como vão requalificar a Estrada Nacional 17 apelava para que se preparassem as infraestruturas para a ligação da rede de saneamento àquelas localidades.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre o que se acabou de passar foi mais uma aula de democracia das muitas que temos tido nesta Assembleia.

Começando a responder ao Eng.º Carlos Artur, como todos sabem eu fui um candidato independente, penso que isso é líquido e claro, e também aqui todos ouvimos no dia vinte e oito de dezembro: “*Sr. António Lopes, o Senhor ou é fiel ao partido que o elegeu ou já sabe qual é o caminho*”. A mim

convidaram-me para ser independente não me convidaram para ser um servente do Partido Socialista.

Relativamente ao Sr. Presidente da Câmara, também é público e eu também já o disse aqui nesta Assembleia, fui eu que o meti nisto. Portanto, ele está ali porque eu quis e não me ficou barato. Mas, não dou ao Sr. Presidente da Câmara essa importância toda. Eu ando aqui para dignificar a democracia e para fazer uma democracia participativa, para se fazerem grupos de trabalho, para se discutirem todos os assuntos previamente. Não é para vir para aqui discutir o sexo dos anjos. Depois não têm aqui o líder da oposição nem o representante da maior Freguesia. É disso que o António Lopes anda a falar. Aos Senhores é que lhes convém dizer que é uma guerra com o Sr. Presidente da Câmara, mas não é.

A CADA deu-me razão seis vezes. Leiam o que é que a CADA disse porque está lá tudo o que é o meu pensamento do que é uma Assembleia Municipal, está lá o resumo todo. Leiam para ficarem a saber qual é a função de um Membro da Assembleia Municipal. Não sou eu que o digo. A CADA é presidida por um Juiz Conselheiro.

Se aqui fazem estes atropelos todos à legalidade quando chegar a hora, e eu estou sozinho a marcar passo e portanto sou o único que estou a marcar o passo certo. Quando for no fim da festa logo se vê se é assim ou se andei com o passo trocado.

Eu não persigo ninguém. Eu cumpro o meu mandato dentro da legalidade e tento que neste Município se faça aquilo que a Lei manda. Ainda há três dias mandei ao Sr. Presidente o artigo 239º e 235º da Constituição da República que diz como é esta função e os Senhores ainda agora ouviram o Sr. Presidente dizer: “*eu até sou da opinião...*”. O Sr. Presidente não está aqui para ter opinião nenhuma. O Sr. Presidente está aqui para responder ao abrigo do artigo 22º e 25º àquilo que os Deputados lhe perguntam e para apresentar o relatório de atividades do Ponto I.

Pedi para ser recebido na BLC3, com o apoio do Sr. Presidente. Ando há um ano e meio a pedir os documentos da BLC3. Leiam o parecer da CADA na folha nº 4 do parecer que eu hoje enviei a todos porque está lá tudo. Eu pergunto: O que é que se passa na BLC3 para andarem um ano e meio sem me darem os documentos?

Agora, o Membro desta Assembleia vai lá a uma visita agendada sob os auspícios do Sr. Presidente da Câmara e vai dar uma volta. Porque eles estão todos satisfeitos.

O António Lopes foi ofendido? Se calhar foi. Então, e esta Assembleia, e o Presidente da Assembleia, é assim que isto funciona? E porque é que isto é assim? Os Senhores já leram o que está no Relatório das Contas?

Eu ouço aqui toda a gente a falar da BLC3. Eu sou o maior defensor da BLC3, sempre fui. Então, e a Câmara Municipal perde mãos duma alavanca daquelas e entrega a maioria de mão beijada? Isto está no relatório de contas se ainda não leram vão lá ler. A Câmara tem, hoje, quarenta e quatro por cento e tem sete mil euros de capital. Mas o capital próprio da BLC3, segundo o relatório, são três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e cinco euros e quarenta e dois. E sabe-se que o Presidente da BLC3 tem quarenta e nove por cento que comprou por quatrocentos e noventa euros.

Eu estou a levantar suspeição de alguém, ou estou a falar com os documentos que estão aí para vocês aprovarem daqui a um bocado? E vão aprová-lo, de certeza. Não duvido nada que os aprovem!

Então, os Senhores entregam a maioria da BLC3? Entregam três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil de capital a uma pessoa, não sei bem como e ao abrigo de que lei, por quatrocentos e noventa euros e querem que eu me cale. Os Senhores é que estão todos certos e eu é que estou errado? E se assim não é, e eu, de facto, tenho muito cuidado com a honra das pessoas, então porque é que não me esclarecem e me dizem que não é assim!

Diz o Senhor da CADA que o poder tem que se verificar para evitar a conflitualidade. Então, porque é que andam aqui a alimentar a conflitualidade? Então, porque é que não me esclarecem? Então, porque é que não dizem: Sr. António Lopes isso não é assim! Olhe que isto é desta maneira, e desta, e desta. Claro que eu sou um empresário e sei muito bem como é que isto funciona.

Agora, todos sabemos o que é perder uma maioria, onde quer que seja, até nesta Assembleia. Então entrega-se uma maioria assim nas costas de nós todos? É só disto que eu falo, meus amigos!

Estão satisfeitos? Eu não tenho nenhuma dúvida como é que vai acabar porque, como os Senhores sabem, o Sr. Presidente fez uma queixa contra mim, e mesmo assim acusou-me com o que não está na ata, que é uma coisa espetacular. Fui ouvido na Judiciária duas vezes. Todas as denúncias que fiz, sei que estão a ser investigadas pelo Ministério Público. Oxalá que eu não tenha razão porque isso só dignifica o Município. Eu não quero é ficar com peso na minha consciência porque não fiz aquilo que devo em defesa dos interesses do Município.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por fazer três notas muito breves: A primeira, e na sequência do que já foi aqui dito, felicitar a Câmara e todo o seu Executivo pela realização da Festa do Queijo. Sem dúvida que este evento levou mais longe o nome do nosso Concelho.

Em segundo, felicitar também as comemorações do 25 de Abril porque acho que é cada vez mais importante que as comemorações não estejam fechadas e sejam feitas fora das instituições para os cidadãos.

Em terceiro, e para que não esteja só a falar de festas, gostava também de referir aqui as diligências que este Executivo tem feito no sentido de trazer ao Concelho de Oliveira do Hospital vários responsáveis governamentais que possam ajudar a resolver, e para que possam ver no terreno, os problemas com que este Concelho se debate, quer ao nível da Saúde, e mais recentemente ao nível da Justiça. É muito engraçado estarem nos gabinetes em Lisboa, serem feitos ofícios, e reclamações, mas não há nada melhor do que estarem aqui no terreno para verem o que se passa no Concelho: A situação das pessoas sem médico; A situação em que estão os utentes que possam necessitar de serviços clínicos e que têm de se deslocar.

Portanto, acho que é de realçar estas iniciativas que o Sr. Presidente e todo o seu Executivo têm tido no sentido de trazer junto das populações o poder político.

Também quero referir uma comemoração que para mim tem algum significado pessoal, que foi o facto da Associação Progressiva de Santo António do Alva ter feito, no passado dia trinta de março, cinquenta anos. É uma instituição virada para os seus sócios, para os seus cidadãos, que procura, há cinquenta anos, dar várias respostas quer a nível social, quer a nível cultural, quer a nível desportivo. Têm sido variadíssimas as direções, cinquenta anos é uma vida. É um trabalho árduo e é um trabalho que este Executivo já reconheceu com a atribuição de uma Medalha de Mérito Municipal e que é a prova de que o nosso trabalho tem vindo a valer a pena.

Quero agradecer a participação do Sr. Presidente da Câmara nos festejos dos cinquenta anos da Associação Progressiva de Santo António do Alva e também agradecer aos restantes Vereadores porque sempre que foram solicitados, cada um dentro das suas competências, marcaram a sua presença.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Quero publicamente nesta Assembleia solidarizar-me com todos aqueles meios de Comunicação Social, tanto escrita como não escrita, que fazem a informação com rigor. Não posso deixar de referir em particular a Comarca de Arganil que tem sempre primado por informar as populações com rigor e registo com agrado a sua independência. O mesmo não posso dizer, também quero deixar esta nota, do jornal de âmbito nacional e que é nosso conhecido, evito-me de dizer o nome, que mandou calar um Ex Primeiro-Ministro. Fico preocupado e, a bem da democracia, a liberdade de expressão não pode ser posta em causa.

Sr. Presidente da Câmara, gostaria de retomar alguns temas, anteriormente recordados também por mim em reuniões da Assembleia: Sr. Presidente, os Oliveirenses não podem continuar calados e estar satisfeitos com o esvaziamento de competências do Tribunal desta localidade. As populações do interior não têm direito à Justiça em igualdade de circunstâncias com pessoas de outras regiões do nosso País. Uma Justiça destas é uma Justiça injusta.

Sr. Presidente, sei que tem feito algumas diligências neste sentido para que regressem ao Tribunal de Oliveira do Hospital algumas das competências de que foi esvaziado aquando da reorganização do mapa judiciário, e gostaria de perguntar quais as competências que voltarão a este Tribunal e para quando estão previstas?

A nível de Saúde também gostaria de perguntar quantos são os utentes sem médico de família e para quando se prevê que venham os médicos e de que garantias dispõe o Sr. Presidente para a resolução deste problema?

Para quando se prevê a reabertura da Extensão de Saúde de Travanca de Lagos?

Queria dar os parabéns ao Executivo pelo investimento feito recentemente a nível da Educação nomeadamente nas Tecnologias de Informação e Comunicação. Fico contente por saber que este Governo também aposta na Escola Pública. Contudo, quero manifestar a minha preocupação, mais uma vez, relativamente à Municipalização da Educação e sei que alguns Municípios já para o próximo ano vão aderir à Municipalização da Educação. O problema não é a Municipalização da Educação. O problema é que nem todas as Câmara Municipais terão a mesma responsabilidade a nível da Educação e o investimento ao nível da Educação pode não ser igual em todos os pontos do

País. Isso preocupa-me porque as pessoas têm que ter igualdade de oportunidades independentemente das regiões onde estejam. Sei que as Câmara já suportam o diferencial das refeições escolares, dos transportes e da ação social e isso é preocupante para mim. Se por acaso for proposto pelo Governo da República que este Município assuma mais responsabilidades nesta área, qual será a resposta da Câmara Municipal? Que condições colocará ao poder central nesse caso?

Queria ainda questionar o S. Presidente da Câmara sobre os problemas das acessibilidades nomeadamente os IC's e a requalificação da Estrada da Beira? Dizia o Sr. Presidente da República que a morte do interior é causada por problemas relacionados com a falta de acessibilidades.

Considerando que nos dias treze, catorze e quinze de maio se vai realizar na minha Freguesia o evento Origens, promovido pelos jovens da Liga de Melhoramentos de Travanca de Lagos, e que este ano também vai realizar uma caminhada em parceria com a Junta de Freguesia, fica aqui o convite de participação para todos os presentes nesta Assembleia com a certeza de que serão bem recebidos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, Sr. Vasco Marques Brantuas Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

“A Moção de Censura não foi aprovada e quero dizer que me senti magoado quando li, na parte referente ao desporto, que a formação e a promoção do futebol não tem sido digna.

Quero lembrar que o Grupo Desportivo Bobadelense foi campeão distrital 2014/2015 e em 2015/2016 chegou às meias finas.

Na parte da formação eu sinto-me um bocado triste com esta Moção de Censura porque o Sr. Vereador Nuno Ribeiro é uma excelente pessoa e na área do desporto tem feito um trabalho notável. Sinto-me mais magoado ainda porque lá em casa tenho um filho que é o Diogo Ribeiro, Mestrado em Ciências do Desporto, que dedica trezentos e sessenta e cinco dias por ano, repito, trezentos e sessenta e cinco dias por ano, doze horas por dia, na formação e no desporto que é desenvolvido em toda a parte de Oliveira do Hospital. Portanto sinto-me um bocadinho magoado com isso.

Sr. António Moreira, o Senhor está todos os dias comigo, porque é que o Senhor em vez de vir para aqui fazer queixumes não fala comigo?

Relativamente à sua primeira questão dos prédios urbanos em ruínas vou deixá-la para o Sr. Presidente da Câmara. Dizer-lhe que os WC's não estão

encerrados por minha auto-criação mas confesso-lhe que o que se passava ultimamente era, de facto, uma grande porcaria. Depois falaremos sobre este assunto.

Sobre o Centro Interpretativo, o Senhor sabe que assinou um contrato com três entidades: Câmara Municipal, Junta de Freguesia e Fábrica da Igreja. Também sabe que dedicámos uma exposição sobre o pão no âmbito da Festa do Queijo. O fabrico de pão não é mal visto em lado nenhum e até nos sentimos lisonjeados por ter feito essa exposição.

Relativamente ao Santo António que é nosso padroeiro a fábrica da igreja também é dona daquele espaço e eu não vejo mal nenhum a que ele lá esteja.

Sobre as estradas quero dizer-lhe que é verdade que o nosso Concelho precisa de muitas estradas e uma delas é Bobadela/Nogueira do Cravo. Concordo plenamente consigo mas relativamente aos caminhos já não concordo consigo porque temos arranjado os caminhos e temos limpo os rios.

Também quero referir que brevemente vamos fazer uma plantação de árvores no terreno dos Moledos e no dia do ambiente, juntamente com os alunos da ESTGOH, vamos fazer a limpeza desse mesmo terreno que neste momento se encontra em muito mau estado.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero regozijar-me pela inauguração das duas rotundas na estrada que atravessa a União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira: A rotunda de homenagem às Queijeiras e a rotunda de homenagem às Indústrias de Madeiras. Penso que foi uma boa opção e uma boa escolha da Câmara Municipal. As rotundas estão bonitas. É essa a minha opinião e a de muita gente. Há sempre alguém que pode não gostar tanto, o que nós até aceitamos, mas a grande maioria das pessoas está satisfeita. Parabéns à Câmara Municipal por isso.

Já foram aqui referidos pelo Sr. Presidente da Assembleia diversos eventos realizados no nosso Concelho. Vou fazer uma referência especial à Festa do Queijo: Não há dúvidas para ninguém que a Festa do Queijo é o maior evento deste género no País. Isto está dito na Comunicação Social e nós que estivemos lá vimos bem o que se passou. Num jornal de Gouveia é dito isto *“Éxito e Fracasso. O ator Manuel de Melo em parceria com o apresentador Frenando Mendes protagonizaram uma mega ação promocional com o*

objectivo de dar notoriedade à Feira do Queijo Serra da Estrela e ao Concelho de Oliveira do Hospital fortalecendo a sua imagem. Visitada por milhares de pessoas, a referida festa acompanhada por uma mostra de produtos regionais, decorreu nos passados dias cinco e seis de março e foi transmitida em direto durante seis horas pela RTP, no sábado dia cinco, no programa Aqui Portugal, e também pela SIC, no dia seis, igualmente por seis horas no programa Portugal em Festa, levando assim a Festa do Queijo Serra da Estrela a todo o País e além-fronteiras. Refira-se que a festa arrancou às nove horas do dia cinco com a transmissão em direto no programa Terra a Terra da TSF. E em Gouveia?”.

Depois o jornal tece algumas críticas sobre o futuro da Feira do Queijo de Gouveia e do Carnaval da Serra.

O referido Jornal diz ainda: *“O Distrito da Guarda a deixar-se ultrapassar num produto que é seu. A maior Feira do Queijo Serra da Estrela realiza-se no Distrito de Coimbra. A vigésima quinta edição da Festa do Queijo Serra da Estrela de Oliveira do Hospital promete ser o evento nacional mais mediático no primeiro fim de semana de março em Oliveira do Hospital. A maior Festa do Queijo Serra da Estrela, afinal, não é em nenhuma cidade do Distrito da Guarda mas sim em Oliveira do Hospital no Distrito de Coimbra.”*

Toda a gente sabe que Oliveira do Hospital teve grandes eventos no ano de dois mil e quinze e, são palavras do Sr. Presidente da Câmara, Oliveira do Hospital está na moda e Oliveira do Hospital foi recolocada no mapa. Está efectivamente no mapa do nosso País. Hoje ouve-se muito falar em Oliveira do Hospital.

Tivemos a visita do Presidente da República eleito no dia da Festa do Queijo. Tivemos a visita do Sr. Ministro da Agricultura. Depois disso, tivemos a vinda de quatro Secretários de Estado ao nosso Concelho, e não vieram passear, isso garanto-vos! Eles vieram a Oliveira do Hospital a convite do Sr. Presidente da Câmara e do seu Executivo para serem sensibilizados com os problemas da nossa terra. Esteve presente a Sra. Secretária de Estado do Turismo; O Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas; A Sra. Secretária de Estado da Justiça e esteve também o Sr. Secretário de Estado das Florestas. Em pouco tempo estiveram cá quatro Secretários de Estado.

Oliveira do Hospital está efectivamente no mapa e o Sr. Presidente da Câmara e o seu Executivo está a trabalhar para que esteja cada vez mais no mapa. Foi para isso que nos elegeram os Oliveirenses. É para isso que estamos a trabalhar.

Já ouvi nesta Assembleia, Membros da Assembleia responsáveis de outros partidos políticos que já desistiram de Oliveira do Hospital e que vieram aqui dizer esqueçam o IC6. Não vai haver IC6 para ninguém porque não há dinheiro para fazer o IC6.

Nós não baixamos os braços. Não baixámos os braços no tempo do anterior Governo e também não vamos baixar os braços no tempo do atual Governo, apesar de ser da nossa cor partidária. A agenda continua a estar em cima da mesa. A discussão e as exigências continuam a ser as mesmas, seja com quem for. Nós não fomos eleitos para defender Portugal. Nós fomos eleitos para defender os interesses de Oliveira do Hospital. É para isso que nós cá estamos.

Quero dizer àqueles que já desistiram: Venham à luta. Juntem-se a nós, ao Partido Socialista, ao Executivo Camarário e a este Presidente da Câmara, porque só perde quem deixa de lutar. Quem luta ainda pode ter alguma esperança mas quem deixa de lutar, como vocês, esses é que perdem de certeza. O povo de Oliveira do Hospital já percebeu há muito tempo quem é que defende os seus interesses.”

Depois, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Fátima Patrícia Amaral Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção prende-se com o investimento efectuado pelo Município e pela vontade e prioridade que existe, e tem existido, no âmbito da renovação do equipamento informático das escolas do primeiro ciclo, que a meu ver merece ser enaltecido pela importância que tem.

Decerto muito existe a fazer no âmbito da educação com a sua importância e complexidade e este é um caminho que só se faz na prática, caminhando. Por isso, é importante olhar para a realidade existente, e para as necessidades mais prioritárias, para que as soluções apresentadas possam ser não-perfeitas, é verdade, mas o mais equitativas possível para todos os alunos. Neste sentido, não posso deixar de louvar este esforço e trabalho.

A procura do sucesso escolar e o combate ao abandono escolar deve ser uma missão política e é importante apoiar os professores, neste caso do primeiro ciclo, nesta mudança que tem sido sentida e é urgente nas escolas, pois, os alunos são muito diferentes entre si e as metodologias possíveis a partir das tecnologias podem ajudar ao fomento deste sucesso. Esta actualização permite aos professores do nosso território um planeamento das suas aulas mais aberto, mais dinâmico e sem barreiras ao conhecimento. Numa sociedade cada vez mais global e informatizada onde a informação deveria chegar a todos

transformando-se em conhecimento e competências, podendo e devendo, este processo ser aprendido e reforçado nas escolas. É certo que a tecnologia por si não basta para que as mudanças aconteçam mas sem ela poderá ser bem mais complexo.

Como tem sido visto através das mudanças políticas educativas a nível nacional, nomeadamente do recém-anunciado programa nacional de promoção ao sucesso escolar, bem como dos diferentes projetos-piloto pelo País, e mesmo no nosso território, que professores em conjunto com gestão de escolas, e até autarcas, têm desenvolvido, procuram apoiar a escola nesta mudança e nesta transformação, tornando-a numa escola onde todos aprendam, ou pelo menos tentando que este, todos, sejam realmente todos os alunos e as alunas.

As mudanças educativas devem acontecer e para que aconteçam é preciso mudar de práticas, valorizar e apoiar os professores, alunos e suas famílias, ter uma atitude positiva e construtiva pelo que, por certo, este investimento proporcionará condições que facilitaram esta mudança na aprendizagem.

Resta-me desejar uma ótima continuação deste trabalho que a meu ver é fundamental para todos.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Registo aqui duas situações: A primeira é referente ao Sr. António Lopes e quero agradecer-lhe por ele cá continuar e dizer-lhe que nós gostamos de o ver aqui e queria pedir-lhe para não se ir embora porque faz cá muita falta.

Também dizer ao Dr. Luís Lagos que está a aprender com a sua nova Presidente do Partido CDS-PP, Dra. Assunção Cristas, porque também ela apresentou, esta semana, uma Moção na Assembleia da República e o Senhor hoje propõe uma Moção de Confiança no Governo Local. Dou-lhe os meus parabéns porque está a ser um bom seguidor da política do partido que representa.

Relativamente à nossa política local quero dizer com alguma tristeza que verifico que alguns Oliveirenses não gostam da Festa do Queijo. Eu acho que todos nós deveríamos ficar satisfeitos com o sucesso deste evento.

Quero felicitar o Sr. Presidente da Câmara e o seu Executivo pela luta constante que têm travado na defesa do nosso Concelho. Tivemos a visita da Sra. Secretária de Estado da Justiça, Helena Mesquita Ribeiro, e foi conseguido repor as competências do nosso Tribunal na parte da Família e Menores. Isto é

defender os Oliveirenses. Isto é defender o nosso Concelho e engrandecer a nossa atividade. Estamos no caminho certo e temos que continuar.

No jornal Diário de Coimbra é referido o seguinte: “*Oliveira do Hospital recupera Tribunal*”.

Está aqui uma grande notícia na primeira página que diz: “*A Comarca de Oliveira do Hospital faz parte de uma pequena lista de Tribunais que vão retomar as competências*”.”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

“Em maio de dois mil e catorze é a população da Lagares da Beira confrontada com a notícia de que a partir dessa data a Extensão de Saúde fecharia o Gabinete Médico por falta de clínico.

Ficam assim, cerca de duas mil pessoas – idosos, doentes crónicos, crianças e grávidas sem um direito fundamental - o direito à saúde e consequentemente sem médico de família.

Mas o problema não se confina apenas a Lagares da Beira, outras Freguesias sentem a mesma dificuldade e insegurança.

Desde então muito tem sido feito pelo Executivo Municipal conjuntamente com o Executivo da Junta de Freguesia, que incondicionalmente têm permanecido ao lado de quem mais precisa, assumindo como a voz daqueles que inconformados não conseguem fazer-se ouvir.

Porque muito já foi dito, embora nunca seja demais enquanto não for totalmente resolvido, relembro a esta Assembleia algumas, e repito algumas, das ações que foram feitas no âmbito da resolução do problema:

- Reivindicação através de ofícios junto das entidades competentes e responsáveis pela situação vivida atualmente no Concelho;
- Manifestação popular junto à Extensão de Saúde de Lagares da Beira;
- Comunicados à população;
- Notas de imprensa;
- Manifestação popular na sede do Concelho junto ao Centro de Saúde de Oliveira do Hospital que ficou conhecida como Mega Manifestação;
- Contactos entre o Sr. Presidente da Câmara e restante Executivo e os Organismos responsáveis pela saúde;
- Deslocações aos centros de decisão com vista à resolução do problema;

Foi sem dúvida um longo percurso, com muitas incertezas e dificuldades, mas de muito trabalho, empenho, dedicação e esperança. Esperança de que todo o esforço não seria em vão.

E eis que chegados ao dia de hoje, a situação da saúde em Oliveira do Hospital sofreu alterações, senão vejamos:

- Vieram médicos para o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital;
- Está aberto concurso para a contratação de dois médicos para Oliveira do Hospital;

- Foi colocado um médico na Extensão de Saúde de Lagares da Beira que já há dois anos não tinha clínico e que iniciará a sua actividade no início de maio;

- A deslocação da Unidade Móvel de Saúde que desde o Verão passado presta alguns cuidados às populações de Aldeia das Dez, Lourosa e São Gião;

- A visita oficial do Sr. Bastonário da Ordem dos Médicos, Prof. Dr. José Manuel Silva, que a convite do Sr. Presidente da Câmara se deslocou ao nosso Concelho para se inteirar das dificuldades sentidas na saúde. Teve assim a oportunidade de acompanhara o trabalho desenvolvido pela unidade móvel de saúde, visitar o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, a Extensão de Saúde de Lagares da Beira e a Fundação Aurélio Amaro Dinis.

Reconhecendo que muito há ainda para fazer é nosso, melhor dizendo, é de todos nós, o dever de reconhecer que o que está feito se deve em grande parte à pessoa de Sr. Presidente da Câmara, Prof. José Carlos Alexandrino, e ao seu Executivo.

O seu esforço, empenho e dedicação numa participação ativa permite-lhe, assim, estar sempre ao lado dos mais desfavorecidos e de quem mais precisa. E neste caminhar, lado a lado, faz assim cumprir o seu lema de que em primeiro estão as pessoas.

Tal como ele próprio diz, é um homem de afetos e por isso toda a sua atuação marca a diferença.

Quero perante esta Assembleia Municipal, em meu nome pessoal, institucionalmente e em nome de todos os Lagarenses fazer um agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara, bem como ao seu Executivo, por todo o trabalho desenvolvido ao longo destes dois anos em prol da Saúde de todos nós.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, que fez a seguinte intervenção:

“Pretendo abordar aqui muito sucintamente dois assuntos: Programa de Incentivo à Natalidade e Casa Digna.

O Programa de Incentivo à Natalidade é mais uma aposta numa política de investimento social que tem sido seguida pelo Executivo que, com este programa municipal, concretiza dois objetivos primordiais: O apoio às famílias e o apoio à economia local, uma vez que as despesas comparticipadas só poderão ser efetuadas em estabelecimentos do Concelho.

Pelo que podemos perceber, este programa tem uma intervenção mais vasta que contempla: Transportes escolares gratuitos para todos desde o pré-escolar ao 12º ano; Aquisição de manuais escolares; Apoio a projetos na escola; Promoção do empreendedorismo nas escolas; Tarifários reduzidos, para famílias de baixos recursos e famílias numerosas, na água e saneamento; Programas remunerados para ocupação de adolescentes e jovens; Bolsas escolares para alunos de baixos recursos e bolsas de mérito escolar; Equipas Multidisciplinares dotadas de Psicólogos, Professores de Educação Especial, terapeutas da fala, animadores Socioeducativos, Sociólogos, etc, para apoio às escolas do Concelho, entre outros.

Tendo este programa entrado em vigor em janeiro de dois mil e treze, gostaria de interpelar o Executivo no sentido de saber quantas crianças e famílias do Concelho foram apoiadas e o investimento total do Município.

Numa iniciativa relativamente recente, o Município de Oliveira do Hospital implementou o Programa Casa Digna - Programa Municipal de Apoio à Recuperação ou Criação de Habitabilidade. Este apoio visa os agregados familiares em situação de comprovada carência económica, moradores no Concelho de Oliveira do Hospital e que reúnam as condições de acesso, que define as regras aplicáveis à atribuição de subsídios ou apoios destinados à melhoria das condições habitacionais básicas dos agregados familiares mais carenciados do Município no que se refere às seguintes áreas: Obras de conservação, beneficiação, alteração ou ampliação de habitação própria e permanente; Eliminação de barreiras arquitetónicas; Licenciamento de obras para a habitação própria e permanente, além de contribuir para o direito à habitação digna de toda a população, principal objetivo da medida, o Município reabilita o parque habitacional e contribui para a dinamização da economia, particularmente do setor da construção civil, já que as intervenções nas habitações abrangidas pelo “Casa Digna” serão executadas por operadores do setor estabelecidos no Concelho.

Nesse sentido, não posso deixar de vir aqui reconhecer o trabalho levado acabo pelo Município.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Só fazer dois apontamentos neste Período de Antes da Ordem do Dia: Em relação à marcação das Assembleias Municipais, dizer o que já aqui disse: Sou favorável ao modelo diurno. Sou completamente contra esse entrar pela noite dentro e estar aqui até às cinco da manhã, isso não contribui nada para a dignidade do órgão, não contribui nada para a dignidade da actividade política. A política faz-se de dia.

Agora, para termos a participação de todos porque ganhamos com isso e ganha o Município, acho que se devia marcar para o sábado.

Também recordar ao Sr. Presidente, e fiz defesa disso enquanto se discutiu aqui o Regulamento, e acho que foi uma das coisas boas que ficou decidida na altura, apesar de o ser só de forma verbal, mas o Sr. Presidente disse que teve o cuidado de deixar isso em aberto porque tinha pensado o mesmo, a Assembleia Municipal ter uma rotatividade geográfica. Fazer a Assembleia Municipal em várias Freguesias, é levar a democracia, é aproximar os eleitos dos eleitores, e dar a conhecer a actividade política que se faz no Município. Mais uma vez, ganhamos todos e ganha o Município.

Depois, e para terminar e não ocupar o tempo porque senão vamos sair daqui às cinco da manhã mesmo começando às duas da tarde, eu fiz aqui um desafio ao Sr. Presidente da Câmara, e em política o silêncio também é uma resposta, mas gostava de ir com uma resposta.

O desafio foi este: Estamos a dois anos de eleições, não é um tempo político-partidário, ainda não estamos no tempo de discussão política no sentido de ganhar eleições, estamos no tempo de construção e de fazer. Eu acho, e desafio-o para isso, gostava de ter nisso a sua companhia, e também das outras lideranças partidárias, e não ser eu o pai da ideia, não é nada disso, faço isto com um sentido positivo, genuíno, de termos uns Estados Gerais no Concelho onde possamos ouvir todos. Acho que o Concelho tem gente válida em todas as áreas que muitas vezes não se quer imiscuir e estar presente no debate partidário, e se são os partidos afasta-se, e se formos todos é por Oliveira e as pessoas participarão com gosto. Há gente válida e de valor em todos os partidos. Por exemplo, eu quero ouvir o Jano a falar sobre agricultura. Acho que é uma figura nacional. Politicamente não tenho nada a ver com ele mas gostava de o

ouvir. Acho que este é o melhor exemplo que posso dar. Gostava de ter a resposta para este desafio.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Permitam-me, antes de entrar nos assuntos que aqui me trazem, hoje, para fazer duas ou três notas prévias: A primeira é relativamente ao horário das Assembleias Municipais. O nosso posicionamento nesta matéria já é conhecido. Até aqui as Assembleias tinham funcionado bem. Isto não quer dizer que as Sessões não se possam interromper à meia-noite e que se recomecem no sábado, é indiferente para nós, desde que seja fora do horário normal laboral.

Dizer que ouvi atentamente o seu discurso aqui proferido no dia da liberdade, dia 25 de Abril, no qual, por razões pessoais, não me foi possível estar presente, mas com certeza não o deixei de celebrar, e dizer-lhe que a data de levar a comemoração do 25 de Abril para a rua, e celebrar junto do povo, é de dois mil e treze. Quando eu próprio neste palanque lancei este repto ao Executivo para que futuras edições fossem realizadas no espaço exterior. Soubemos que aceitou agora esta ideia, ainda que tardia, mas as ideias e propostas quando vêm da oposição também podem ser válidas e tidas em conta. Já agora, e ainda a este propósito, sem dúvida que será uma forma de aproximar a população do poder político local mas não podemos ficar apenas pelas palavras quando na prática o que verificamos, por vossas Excelências, é que o discurso não tem aderência com a realidade. A título de exemplo é, de facto, esta marcação das Assembleias Municipais para este horário. Quem quer atrair o eleitorado do poder político para que este esteja mais presente, seja mais participativo na vida pública e política, deve-se facilitar este intuito e não o seu contrário. Até aproveito esta oportunidade, e não quero copiar a ideia do Luís Lagos, mas lançava um outro desafio no âmbito de descentralizar e aproximar o Executivo do eleitorado. Tem a ver com a descentralização quer do Executivo quer das Assembleias Municipais pelas diversas Freguesias do nosso Concelho. Isto, sim, seria aproximar o poder político dos Oliveirenses.

Posto isto, passo a fazer uma constatação sobre os tempos mais recentes da atividade deste Executivo: A este propósito cabe-me dizer que este Executivo entrou claramente em modo de pré-campanha eleitoral para as próximas eleições. Isto porque, ao que parece, está tudo programado para que as obras possam ser uma realidade mesmo a tempo das eleições. É claramente neste sentido que vem o empréstimo bancário e que vai ser pedido, são ainda as

inaugurações de obras de esculturas dentro de rotundas, e por aí fora. Está-se a iniciar, no fundo, a velha estratégia da pura propaganda pré-eleitoral.

Sobre a necessidade de médicos para o nosso Concelho permita-me dizer o seguinte, Sr. Presidente: Sendo esta uma reivindicação legítima, da qual todos estamos de acordo e da qual louvo o seu esforço feito nesta matéria, mas a resolução deste problema não está muitas vezes, totalmente, nas mãos do Governo Central, até porque ainda recentemente saiu um artigo no jornal Expresso que versava exactamente isto. Este jornal referia “*receber mais mil euros de ordenado durante seis meses, mais dois dias de férias por cada cinco anos a contrato e a ajuda na colocação dos filhos na escola, só convenceu vinte médicos para o interior*”. Isto para dizer o seguinte: muitas vezes os médicos também não querem vir de livre vontade apesar dos incentivos do Governo Central.

Em matéria de saúde no nosso Concelho, gostaria de fazer uma pergunta muito concreta ao Sr. Presidente. Quando é que o projecto, supostamente revolucionário, que anunciou acerca de um ano, que iria trazer para Oliveira do Hospital na saúde de ponta numa cobertura total no Concelho com médicos, irá ver a luz do dia?

Quero lamentar o facto de não ter sido celebrado em Oliveira do Hospital o dia Internacional dos Monumentos e dos Sítios. Fala-se tanto na beleza do nosso património, e com razão, mas depois, quando chega a altura de o promover e celebrar deixamos passar as oportunidades. Tendo este Concelho no seu todo tantos e variados monumentos arquitectónicos dignos de serem divulgados e oferecidos aos nossos habitantes e turistas, foi com alguma tristeza que verificamos que este dia não merecesse a devida relevância e atenção por parte deste Executivo. Um simples post nas redes sociais a fazer alusão, não daria tanto trabalho quanto isso.

Deixar ainda um alerta ao Executivo porque chegou-nos ao conhecimento algumas queixas dos comerciantes que têm um espaço no Mercado Municipal mas que não têm acesso à água para as suas bancadas, para as lavarem no final do dia. Também dizer que as casas de banho estão fechadas.

Também não posso deixar de dar uma palavra em relação a uma entrevista que veio a público num órgão de Comunicação Social local ao primeiro eleito desta Assembleia Municipal sobre a visita à BLC3. É referido nesta mesma, a determinada altura, que a BLC3 passou, ao que parece, a ser uma empresa com fins lucrativos quando na sua génese não era este o seu propósito.

Sr. Presidente confirma, ou não, o que vem referido na entrevista sobre este assunto?

Por outro lado, não me leve a mal, Sr. Presidente, por repisar numa matéria que já aqui foi referida na última Assembleia Municipal. Gostaríamos que nos fizesse um ponto de situação sobre o processo da Fundação Cabral Metello.

Finalmente, venho aqui a esta Assembleia apresentar uma proposta concreta que possa ser votada por esta Assembleia. Votação essa que visa uma proposta em nome do Grupo Municipal do PSD para a criação do Conselho Municipal do Associativismo e que passo a ler: *“Tendo em vista a valorização da dinâmica das coletividades de associativismo enquanto polo de desenvolvimento local e reconhecendo o mérito das acções desenvolvidas pelas diversas entidades, torna-se fundamental potenciar o seu papel dinamizador numa crescente participação pública bem como incentivar a descentralização da actividade cultural, social, desportiva, cívica e recreativa do Município de Oliveira do Hospital.*

A criação de um Conselho Municipal para o Associativismo visa essencialmente um trabalho de proximidade e apoio às Associações justificado por haver no Concelho de Oliveira do Hospital um grande número de Associações que na perspetiva do Grupo Municipal do PSD tem um papel fundamental na promoção das diversas iniciativas de índole social, desportivo, cultural e de construção de identidade.

Assim sendo, com o objectivo de valorizar as nossas Associações e Coletividades, o Grupo Municipal do PSD de Oliveira do Hospital, propõe à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital que seja criado o Conselho Municipal do Associativismo Local que deve ser um órgão com funções de natureza consultiva que vise promover a articulação, a partilha de informações, preocupações, experiências e a cooperação entre as diversas Associações no Concelho de Oliveira do Hospital.

Para o efeito deve ser constituído um Regimento adequado.”

Para concluir, permita-me apenas mais alguns segundos, Sr. Presidente da Mesa. Já que estamos na onda de propostas, deixava-lhe a terceira sugestão mas não menos importante, e que tem a ver com os Temas dos Ciclos de Conferências que são organizados pela Câmara Municipal: Sugerimos que estes sejam realizados com temas que estivessem mais na vanguarda e que pudessem ser uma mais-valia, por exemplo, para os nossos comerciantes. Temas como as novas tecnologias, empreendedorismo ou inovação pois é por esse caminho que

o mundo moderno e as sociedades futuras estão a caminhar. Temas como a máquina digital e a economia digital podem servir para informar os nossos empresários e o público em geral para fomentar as vendas dos seus produtos pelos vários canais digitais.

Não quero com isto dizer que o tema do desporto não seja relevante, porque o é, mas na perspectiva do PSD uma maior variedade nos temas destas conferências seria com certeza louvável e enriquecedor.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Cada vez tenho mais orgulho em dizer que sou de Oliveira do Hospital porque hoje já ninguém confunde Oliveira do Hospital com Oliveira do Bairro ou com Oliveira de Azeméis. Hoje já toda a gente sabe onde fica Oliveira do Hospital.

Sobre os horários da Assembleia, eu partilho todos os horários desde que não seja de noite porque é com satisfação que vejo hoje na Assembleia bastante público.

Relativamente à falta dos Presidentes de Junta quero dizer que lamento que esses Presidente de Junta não estejam e quero dizer que se o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital não pode estar presente na Assembleia devia-se fazer representar porque efectivamente a lei dá-lhe essa prerrogativa, como tal ele tem responsabilidades. Eu sei que ele está doente mas tinha que se fazer representar porque na sua equipe tem vários elementos. Isto é uma questão de vivência democrática e as pessoas têm que entender o que é a democracia.

Estive a rever algumas das últimas atas, e vou falar concretamente em relação ao Sr. Eng.º Rafael: O Eng.º Rafael anda um bocado distraído com aquilo que se passa no nosso Concelho. Eu até compreendo porque só vive o nosso Concelho quem cá está. As pessoas que vêm aqui ao fim de semana muitas vezes só lêem os papéis que algumas pessoas lhes dão ou alguns apontamentos que vão fazendo durante a semana. É preciso viver cá. Quem cá não está não vive os problemas. Eu não aceito que pessoas que não residam no nosso Concelho venham aqui e quase que nos passam um atestado de incompetência.

É comentado por toda a cidade a nova conquista para Oliveira do Hospital. Neste caso não me refiro à vinda da Sra. Secretária de Estado da Justiça e do retorno de algumas competências retiradas ao Tribunal de Oliveira

do Hospital. Refiro-me a uma boa notícia que o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Executivo proporcionaram a Oliveira do Hospital, ou seja, a oportunidade de um investimento de sete milhões de euros na valorização da cidade, em especial, da sua Zona Histórica.

Como Oliveirense, aquilo que há anos vários políticos prometeram, e muitos de nós sonharam, finalmente, por ação deste Executivo, vai ser uma realidade.

Quero dizer-vos que entendo que este investimento de sete milhões de euros na cidade de Oliveira do Hospital é talvez das melhores notícias que esta terra recebeu em vários anos.

Sr. Presidente, esta conquista não é facto menor. É o reconhecimento, para mim, de três situações:

Primeira situação: Para quem tinha dúvidas, eu nunca as tive, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Prof. José Carlos Alexandrino, é um grande negociador político e tem demonstrado ser um bom gestor;

Segunda situação: Oliveira do Hospital, inequivocamente, tem vindo a ganhar peso junto dos Organismos do Estado e, em particular, junto da CCDRC. E, note-se, onde no passado havia falta de atitude e capacidade de influência, hoje nota-se que o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital é ouvido, respeitado e consegue fazer valer os seus argumentos.

Senhores Deputados, quero dizer-vos: Temos Presidente! Temos o Presidente de Câmara que Oliveira do Hospital precisa. Parabéns, Prof. José Carlos Alexandrino;

Terceira situação: Pelos vistos, onde antes o Quadro Comunitário estava emperrado, parece evidente que o novo Governo o pôs a mexer. Nota-se uma evidente nova dinâmica nos fundos do Quadro Comunitário de apoio: Mais aprovação, mais meios financeiros colocados ao dispor das autarquias e das empresas. É exatamente disso que precisamos: Meios financeiros para fazer obra e colocar a economia a mexer. Estes sete milhões de euros é dinheiro que vai chegar às empresas. É dinheiro que vai chegar à economia.

Para terminar, solicito ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que nos informe das várias componentes do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano:

Qual o investimento global?

Qual o investimento público?

Qual o investimento por parte dos privados?

Que obras/intervenções vão ser feitas na cidade?

Mais uma vez, quero dizer, agora em nome da bancada do Partido Socialista, que o Sr. Presidente da Câmara teve no acesso a este PEDU, visão, rasgo, e uma grande capacidade de negociação junto da CCDRC.

É disto que precisamos para o Concelho de Oliveira do Hospital. Sei que incomoda alguns mas, o mais importante, é que vai resolver os problemas de muitos, muitos mais.

É um velho sonho que vai ganhando forma. Vamos ao trabalho!”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“As propostas são tomadas de posição devidamente justificada para que as Assembleias aprovem ou rejeitem a sua discussão.

Portanto, pedia, para não arrastarmos a sessão até às oito ou nove horas da noite, que haja uma intervenção muito rápida relativamente à proposta que foi apresentada de Sr. Eng.º Rafael.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Passo a ler a proposta apresentada: *“Tendo em vista a valorização da dinâmica das coletividades de associativismo enquanto polo de desenvolvimento local e reconhecendo o mérito das acções desenvolvidas pelas diversas entidades, torna-se fundamental potenciar o seu papel dinamizador numa crescente participação pública bem como incentivar a descentralização da actividade cultural, social, desportiva, cívica e recreativa do Município de Oliveira do Hospital.*

A criação de um Conselho Municipal para o Associativismo visa essencialmente um trabalho de proximidade e apoio às Associações inteiramente justificado por haver no Concelho de Oliveira do Hospital um grande número de Associações que na perspetiva do Grupo Municipal do PSD tem um papel fundamental na promoção das diversas iniciativas de índole social, desportivo, cultural e de construção de identidade.

Assim sendo, com o objectivo de valorizar as nossas Associações e Coletividades, o Grupo Municipal do PSD de Oliveira do Hospital, propõe à Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital que seja criado o Conselho Municipal do Associativismo Local que deve ser um órgão com funções de natureza consultiva que vise promover a articulação, a partilha de

informações, preocupações, experiências e a cooperação entre as diversas Associações no Concelho de Oliveira do Hospital.

Para o efeito deve ser constituído um Regimento adequado.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre a proposta tenho que dizer o seguinte: Gostava de lembrar ao Eng.º Rafael que no passado o Partido Comunista apresentou esta proposta ao Executivo do PSD e foi o vosso Executivo que chumbou esta proposta.

Na minha opinião chumbou bem porque não precisamos de estar a fazer permanentemente Comissões para serem ineficazes.

A Assembleia Municipal analisará a proposta mas na minha opinião ela não faz sentido porque a área cultural do Concelho não precisa de um Conselho Municipal para o Associativismo para fazer um bom trabalho como têm feito todos os nosso grupos culturais.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre esta proposta do PSD para a criação do Conselho Municipal para o Associativismo o Sr. Presidente da Câmara já disse o que entendia nesse sentido mas queria acrescentar o seguinte: Sr. Eng.º Rafael e colegas do PSD, não é pelo facto de se constituir, ou não, um Conselho Municipal para o Associativismo que as Associações vão deixar de prestar o bom serviço que têm prestado no Concelho.

Assim como também entendo que não será o Conselho Municipal para o Associativismo que vai melhorar o relacionamento que tem havido, muito bom, ao longo destes últimos anos com a Câmara Municipal e as Associações do Concelho.

Já houve tempos em que a Câmara Municipal apoiava Associações que pouca, ou nenhuma, actividade têm. Não sei se hoje também acontece o mesmo.

Penso que não é com a criação do Conselho Municipal para o Associativismo que as Associações vão funcionar melhor ou pior.

Também tenho conhecimento que os representantes das nossas Associações falam bastante uns com os outros na partilha de experiências.

Sinceramente, não estou de acordo com a criação desse Conselho Municipal para o Associativismo, e o meu sentido de voto é contra.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Permitam-me um apontamento histórico para registar uma ironia: O Dr. Salazar andou quarenta anos a tentar criar um Estado Corporativo e não conseguiu. O Partido Comunista andou esses mesmos quarenta anos a combater a criação desse Estado Corporativo e depois vêm as Assembleias Municipais, descobri hoje, propor Comissões Corporativas. É uma coisa extraordinária!

Eu peço desculpa, mas eu também não sou dessa direita corporativa e não me parece que tenhamos alguma coisa a ganhar com este tipo de criação de Associação das Associações. Peço imensa desculpa mas vou votar contra.”

Seguidamente procedeu-se à votação da proposta de criação do Conselho Municipal para o Associativismo, apresentada pelo Grupo Municipal de PSD, que foi rejeitada por maioria, com uma abstenção.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este assunto das Associações quero dizer que a Sra. Vereadora da Cultura faz frequentemente reuniões com os representantes das Associações e com todos os Grupos Culturais nomeadamente na discussão da atribuição dos respectivos subsídios para que haja muita transparência e muita discussão. Por isso não vejo necessidade para a criação de um Conselho Municipal para o Associativismo que na minha opinião iria limitar estes procedimentos.

Vamos então dar resposta às questões aqui colocadas e começava por dizer ao Sr. Moreira que estamos a trabalhar no levantamento do prédios degradados porque estamos a considerar fazer a reabilitação da área urbana da Bobadela. Nesta primeira fase de negociação do PEDU as verbas destinavam-se só para a zona urbana da cidade de Oliveira do Hospital mas também tentámos colocar a zona da Bobadela como um polo agregador, devido à sua localização geográfica, e valorização estratégica futura. As obras da Bobadela vão ficar para a segunda fase. Nós fizemos uma grande negociação nesta primeira fase e isso para mim é um motivo de orgulho. Todas as obras que candidatámos foram contempladas, umas com mais verbas e outras com menos verbas, e por isso terá que haver um esforço maior por parte do Município para concretizar os sete milhões de euros. Na minha opinião a negociação foi justa, e não abdicamos de

nenhuma obra que tínhamos para Oliveira do Hospital. Estou convencido que fizemos bem o trabalho e que a Bobadela vai ter obras. Vai haver obras no âmbito do Pacto do Quadro Comunitário da Região de Coimbra para a casa Amarela e para o Centro de Interpretação mas nós queremos ir mais longe. Penso que na próxima reunião de Câmara lançaremos um conjunto de obras que vão honrar todos os Oliveirenses.

O Eng.º Rafael achava que agora não devíamos fazer obras, sabem porquê? Isto é uma chatice! Porque vai haver eleições.

Mas eu gostava de devolver uma pergunta ao Eng.º Rafael: O Eng.º Rafael sabe qual é o nome deste Quadro Comunitário que vai até 2020? O Quadro Comunitário chama-se 2014/2020.

Eu tenho culpa que o seu Governo andasse dois anos a brincar com o Quadro Comunitário e não abrisse regulamentos para candidatura às verbas? As verbas não eram do Governo! Nem estas verbas são deste Governo! Estas verbas são da Comunidade Europeia. O seu Governo, por incompetência, não lançou os regulamentos para candidatura às verbas. Era bom que estes Regulamentos tivessem saído mais cedo porque assim já poderíamos concretizar as obras também mais cedo até porque tínhamos mais tempo. Agora, estamos todos a correr contra o tempo. Não sou só eu! E depois das eleições há obras que terão de ser realizadas porque não vamos ter capacidade técnica de realizar as obras todas e também devido ao tempo necessário para os procedimentos do Tribunal de Contas. Por sua vontade não faríamos estas obras todas e eu aprecio a sua postura até porque percebemos que o incomoda. Vocês utilizam um chavão e dizem que este Executivo só sabe fazer festas. Mas, até hoje, o Executivo que mais obra fez é este Executivo Municipal presidido por mim. Daqui a um bocadinho eu já o vou recordar das obras que efetuámos porque vocês estão esquecidos. Este Executivo este ano teve que fazer alguma contenção porque estava à espera deste Quadro Comunitário 2014/2020.

Pela primeira vez houve um Executivo que vai agarrar nesta zona de Oliveira do Hospital degradada e abandonada há um conjunto de anos e vamos transformá-la. É com orgulho que o digo. Vai haver um fundo para o investimento dos privados e isso para nós é muito importante. A nós não nos ensinam a fazer o nosso trabalho porque nós sabemos fazê-lo.

Ainda continuando com as respostas ao Sr. Moreira e relativamente ao WC's tenho que dizer que não quero discutir políticas que pertencem às Freguesias. Mas posso dizer-lhe que quando há visitas com grupos as casas de

banho estão abertas e também lhe posso dizer que aquelas casas de banho foram várias vezes vandalizadas e não foi pelos visitantes.

Relativamente ao forno eu não sei nada sobre esse assunto.

Sr. Moreira, posso dizer-lhe que vamos fazer um grande investimento na Bobadela, nomeadamente na Casa Amarela e no Centro de Interpretação, como nunca houve.

Sobre a estrada Bobadela/Nogueira do Cravo quero dizer que acho que aquela estrada precisa de uma intervenção. Temos é que a calendarizar e temos também de verificar se é prioritária. Admito que não se possa fazer neste mandato mas depois de fazermos a requalificação da estrada da Lageosa também admito que possa ser uma prioridade. Neste momento é o que lhe posso dizer e não lhe posso prometer aquilo que não tenho para dar.

Sobre a Festa do Queijo quero esclarecer o seguinte: Ainda bem que somos capazes de fazer festas com grande dimensão nacional. As pessoas têm toda a legitimidade para criticar. Numa próxima Sessão iremos avaliar qual foi o impacto da Festa do Queijo em Oliveira do Hospital. Quem vai fazer este estudo é uma empresa independente a quem vamos pagar cerca de dois mil euros.

Quero dizer-vos que o caminho da Festa do Queijo é este e congratulo-me porque no dia da tomada de posse do Sr. Presidente da República, Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, eu soube que a Festa de Queijo foi falada pelo Presidente da Câmara de Lisboa, o que me deu um prazer enorme. Eu sei que com isto há alguns que mais incomodados ficam até porque o grande problema na política é que o sucesso do Concelho é o insucesso de alguns, daqueles do maldizer e que passam a vida na chicana política.

Depois, há pessoas que não têm moral e atacam permanentemente a vida pessoal porque têm uma cultura antidemocrática e também sabem que nas urnas não são capazes de vencer. Querem vencer-nos com calúnias da vida particular.

Eu estou satisfeito porque a Polícia Judiciária vai investigar o que foi denunciado e é isso que eu quero. O que eu quero é que isto ande o mais depressa possível para vermos quem é que tem razão.

Vamos ver se alguns têm coragem para se apresentarem como candidatos contra mim, se eu for candidato porque na minha vida decido eu e não decidem outros.

Sr. Aníbal Correia, sobre a limpeza das margens ribeirinhas quero dizer-lhe que o Eng.º José Carlos está a fazer um levantamento desses trabalhos com os Técnicos da Caule para elaborarem orçamentos.

Luís Nina, sobre a estrada Senhor das Almas/Nogueira do Cravo quero dizer que já foi aberto concurso. Relativamente ao Cemitério de Nogueira do Cravo está a decorrer o processo neste momento. A obra da rua do Enxudre está em audiência prévia e vai ser realizada por uma empresa de Nogueira do Cravo que ganhou esta obra.

Relativamente ao Tribunal de Oliveira do Hospital quero dizer que muitas vezes não percebo a posição de alguns políticos. Alguns políticos acharam que o Governo PSD/CDS fez bem em levar as competências do nosso Tribunal e não foram capazes de defender o Concelho e agora ficam arrepiados porque conseguimos negociar para que as competências voltem para cá. Quando nos sentimos roubados, e quando são roubados os Municípios e os cidadãos mais desfavorecidos, os autarcas eleitos têm a obrigação de defender essas pessoas que não têm voz. O que nós temos feito não é mais do que a nossa obrigação.

Relativamente à colocação dos médicos tenho que vos dizer que tem sido uma grande luta. No meu primeiro mandato a maior luta que tive, com mais sofrimento, foi a defesa da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. Depois foi o Mega agrupamento que fizeram aqui em Oliveira do Hospital, que não veio beneficiar os alunos nem a comunidade educativa. Só veio beneficiar a poupança dos dinheiros.

No que diz respeito à colocação dos médicos eu só fico contente quando não houver nenhum cidadão de Oliveira do Hospital sem médico de família.

Na segunda-feira estarei às nove horas da manhã, em conjunto com a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, para entrar com a médica na extensão de saúde. Trabalhámos muito e se assim não fosse ainda estaríamos mais dois anos sem médico em Lagares.

Neste momento também está concurso aberto para a colocação de dois médicos.

Este trabalho é a nossa obrigação e não é para ninguém nos agradecer. Somos pagos com o dinheiro dos impostos para defendermos os nossos Municípios e também nisto o Executivo tem estado de parabéns.

Como já disse, estamos a fazer o nosso trabalho, alguns querem desviar-nos mas estão enganados porque não nos dividem e nós queremos fazer o nosso trabalho.

Relativamente aos Incentivos à Natalidade quero dizer-vos o seguinte: Em trinta e um de dezembro de dois mil e quinze existiam duzentas e treze crianças apoiadas na prestação mensal do Incentivo à Natalidade e gastámos duzentos e trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis euros e oitenta e quatro

cêntimos. Estamos perto de ultrapassar os duzentos e cinquenta mil euros e quero dizer que foi uma das grandes medidas.

Neste momento há outro projecto a decorrer, o projecto Casa Digna, e já foram recuperadas treze casas e foram gasto cerca de oitenta mil euros. Estamos agora numa segunda fase e pensamos fechar o ano recuperando mais de vinte casas o que terá um investimento de cento e cinquenta mil euros. Esta também é uma das grandes obras que me dá grande prazer. Fazer os outros felizes também é importante para nós.

Dr. Luís Lagos, sobre a sua proposta dos Estados Gerais quero dizer-lhe que equaciono essa possibilidade para fazermos alguma coisa diferente. Não sei se lhe chamaria Estados Gerais mas acho que é muito importante recolhermos depoimentos de pessoas com grande experiência. Aquela ideia do poder estar fechado e de que em Oliveira do Hospital nós é que sabemos tudo isso já não existe.

Hoje não podemos governar só para o presente e temos que saber projectar o futuro. Em Oliveira só se olhava para o presente e Oliveira está a pagar uma fatura enorme que já vem do passado. Isto não é uma questão de política é uma questão de visão e de estratégia. Hoje é necessário criar um novo modelo para a zona industrial e temos que desafiar o futuro. Não podemos governar para resolver os problemas do dia-a-dia mas temos que ver mais além. No passado faltou quem fosse capaz de inovar.

A proposta do Dr. Luís Lagos tem todo o sentido e não há problemas da paternidade ser do Dr. Luís Lagos porque aquilo que for para bem do Concelho é bom para nós todos.

Na política, nós sabemos que quando as ideias são dos outros que são péssimas. Esse é o problema do combate político mas quando combatemos ideias já é fantástico e não há problema nenhum, mas, aqui, o combate no Concelho é um combate de pessoas. Nisso eu não alinho e por isso cá estou a fazer o meu trabalho.

Relativamente à Fundação Cabral Metello quero dizer que já desenvolvi contactos com o Sr. Eng.º Carlos Portugal para fazermos uma reunião, a curto prazo, e para encontrarmos uma solução. É fundamental colocar a Fundação Cabral Metello ao serviço dos Oliveirenses é um dos objectivos que eu considero pertinente.

Tendo em vista o passado do Dr. Simões Saraiva penso que deveremos tratar este assunto com razoabilidade até porque é um homem por quem nutro uma grande estima e deveremos resolver este problema de forma a que todos

saíam com dignidade até porque a Câmara Municipal é um parceiro e não é a dona da Fundação. Às vezes parece que a Câmara Municipal é dona de tudo.

O Presidente da Câmara nomeia o Presidente da Fundação Aurélio Amaro Dinis, até indica outros elementos, mas a Câmara Municipal não vai intervir na Fundação. Algumas das vezes pedi reuniões e fui falar com o Conselho de Administração e até transmiti qual era a minha visão relativa a alguns assuntos mas eu não sou o gestor da Fundação Aurélio Amaro Dinis.”

De seguida iniciou-se o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis que fez a seguinte intervenção:

“Queria pôr aqui algumas questões e não vou estar aqui a justificar a legitimidade para as pôr aqui:

Sr. Presidente da Câmara, relativamente à renovação da calçada de Santa Margarida e da respectiva rede de água pública, a Junta de Freguesia insistiu em começar a obra no Rossio, do ponto de Vista dos Vilafranquenses, não devia ter começado por aí, mas que não se pare agora a obra.

Tínhamos também a questão da cobertura das valetas, na rua Principal dentro da povoação de vila Franca da Beira. São questões de segurança rodoviária.

A renovação e a reabertura do aterro, atrás de Cemitério, em Vila Franca da Beira.

Dizer que a proposta de renovação das rotundas e dizer que as rotundas estão bonitas. As ideias da Queijeira e da Industria de Madeiras são ideias expositivas e reúnem um vasto consenso. As decorações são discutíveis, particularmente aquela que está no Ervedal porque ali foi retratado um ato de serrar que nunca existiu e não era assim. Portanto nem se produziu a realidade e muito menos se fez arte. Porque a arte ainda pode passar à frente da realidade e a arte não tem limite mas ali não há arte na decoração daquela rotunda.

Falou-se aqui, e eu acho que legitimamente. O Sr. Presidente falou, aqui, e eu acho que tem toda a legitimidade, e acho que deve fazer isso: Estar às nove horas da manhã em Lagares da Beira quando estiver a Médica na Extensão de Saúde. Mas, então, Sr. Presidente da Câmara, deixo-lhe aqui uma outra questão: Os utentes de Vila Franca da Beira, da Extensão de Saúde de Vila Franca da Beira, deixarem de ter Posto Médico, Governo Guterres, depois a Junta de Freguesia conseguiu um dia certo, horário certo, transporte para a Extensão do Ervedal, que também já acabou. Os utentes da Póvoa de São Cosme e Fiais da Beira não têm esse transporte de acesso público e não têm um dia certo de

consulta. Não adianta falar disso com a Junta de Freguesia porque a Junta de Freguesia diz que isso não é preciso.

Portanto, Sr. Presidente da Câmara, não pode haver aqui filhos e enteados. Então, que se crie ali esse mesmo sistema: Horário certo, dia certo, transporte de acesso público para os utentes de Vila Franca, de Póvoa de São Cosme e Fiais da Beira, na extensão de saúde do Ervedal, ou, então, uma outra Unidade Móvel de Saúde.

Eu queria suscitar o seguinte: Homenageou-se a Industria de Madeiras, e eu acho que é justo, aquelas rotundas devem ser condecoradas por outro motivo. Estão a contribuir para a redução de acidentes graves naquela estrada onde morreu muita gente. Essa é a primeira função daquelas rotundas e não a função de serem inauguradas, o que não quer dizer que não devessem ter sido inauguradas, não é isso que se está a pôr em causa, mas eu queria suscitar a perpetuação da história e poderia ser criado um núcleo de arqueologia industrial na Zona da Coordinha.

Sobre a questão do Tribunal eu acho que é bom que se estejam a reverter as malfetorias do anterior Governo, e evitar que se repitam, e por isso é bom que o Tribunal recupere valências mas acho que não vão vir todas as que já se teve e nem sequer sei se vai voltar a ser Tribunal de Comarca. É bom que a Câmara e o Executivo se tenham empenhado e é preciso é continuar porque não chega.

Deixo aqui outro desafio relacionado com a Zona Agrária. De facto a Festa do Queijo é uma iniciativa muito grande e muito positiva e fala-se tanto de pecuária mas corremos o risco de daqui a vinte anos não termos pastores. A questão da Zona Agrária, e de algumas das competências que a Zona Agrária teve mas deixou de ter, Governo, Sócrates. A questão da Extinção das Freguesias. Já agora, permitam-me dizer isto: É bom estarmos optimistas e fazer coisas que outros não fizeram mas não podemos entrar na linha da propaganda pura e dura ou seja, diz-se que Oliveira do Hospital está no mapa, Oliveira do Hospital é, de facto, mais conhecida do que há dez anos mas continua a ser difícil chegar cá por terra. A EN 17 continua como está e o IC6 onde é que está? É bom que se tenha isso em conta porque continua a ser muito mais fácil sair de Oliveira do Hospital do que vir para cá.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. João Pedro Correia Cruz que fez a seguinte intervenção:

“A primeira pergunta que eu tinha para fazer era sobre o Conselho Municipal da Juventude mas como já recebi a convocatória não vou fazê-la.

A pergunta seguinte é esta: Acho uma falta de respeito por parte do Presidente da Unidade do Concelho Municipal de Juventude ainda não tenha dito nada se vai haver um Orçamento Participativo ou um Orçamento Participativo Jovem? Já estamos quase em maio e não sabemos e já houve uma Assembleia em fevereiro e não houve Conselho Municipal de Juventude.

Quanto é que está orçamentado para o mesmo Orçamento Participativo? São os vinte cinco mil ou os cinquenta mil euros?

Quando é que serão realizadas as obras de requalificação da Igreja Moçárabe de Lourosa?

Quando é que a Freguesia ficará com cem por cento de água e saneamento básico?

O Sr. Presidente vem aqui e fica todo contente porque não há problemas nenhuns na Freguesia mas há.

Também tenho que dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara porque no ano passado conseguiu um saldo positivo de um milhão e trezentos mil euros, e isso é de saudar. É uma boa gestão. Eu, apesar de ter o nono ano, sei fazer contas. Isto também não é muito difícil, dois anos e meio sem obras é claro que se devia ter um saldo positivo.

Quero deixar aqui um conselho ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal: Umam pessoas que defendem aqui tanto o 25 de Abril e que disseram que são os pais da democracia e continua a haver pouca democracia nesta Assembleia Municipal. O público umas vezes fala antes do Período da Ordem do dia ou fala depois do Período da Ordem do dia. Nunca há aqui consenso.

No tempo em que o Senhor era oposição o público não precisava de se inscrever com cinco dias de antecedência como agora.

Sr. Presidente da Assembleia, desculpe lá que lhe diga, mas já lhe disse aqui várias vezes e continuo a dizer: O Senhor é um antidemocrático porque isto não é democracia.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Vou responder a estas perguntas mas às vezes as pessoas vêm para aqui fazer intervenções sem terem ganho essa legitimidade com o voto e vêm utilizar

os direitos dos Membros da Assembleia que foram eleitos democraticamente. Há pessoas que defendem a democracia mas depois não a praticam aqui.

Quero dizer ao Prof. João Dinis, como seu amigo e com todo o respeito que tenho por si, que quando o Senhor era Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, e sabe que sempre trabalhamos bem em conjunto, mas as obras para a sua Freguesia não as negociava com a oposição, que na altura era o PS. Por isso, meu caro amigo, as obras para a União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, vamos negociá-las com a Junta de Freguesia.

O Senhor pode dar a sugestão mas há uma estrutura que é a Junta de Freguesia que tem de ser respeitada.

Relativamente à obra da Calçada da rua de Santa Margarida obviamente que negociarei a obra com a Junta de Freguesia e a junta se disser que a obra é prioritária arranjarémos as condições para lançar esta obra. Fica aqui este compromisso.

Relativamente à renovação e reabertura do aterro, atrás de Cemitério de Vila Franca da Beira, não estou por dentro desse assunto, e não sei quais são as condições, e por isso não vou responder.

Relativamente à proposta para a Extensão de Saúde eu pessoalmente concordo com ela tal como concordo também com a mesma possibilidade para as outras Freguesias nomeadamente para Travanca de Lagos. Não é só Vila Franca, Póvoa de São Cosme e Fias da Beira. Eu defendo todo o Concelho.

Eu tenho defendido que vou continuar a lutar enquanto houver um Oliveirense sem médico de família e disso o Senhor tem que me prestar homenagem porque tenho feito isso bem e tenho conseguido reverter as coisas, mas não me peça para que de repente eu faça tudo.

Nós continuamos a trabalhar no problema da saúde e temos feito várias reuniões com os nossos serviços das obras públicas e acho que vai haver uma altura em que temos que revolucionar a Saúde no Concelho.

É preciso descaramento quando me perguntam: Onde é que está o projeto revolucionário que o Presidente fez? Então, não sabiam que esse projeto foi apresentado a um Secretário de Estado do Governo do PSD, que disse que sim, e que foi o PSD que boicotou esse projeto para que não viesse para Oliveira do Hospital? Alguém em Coimbra disse: Não façam lá isso em Oliveira do Hospital porque senão o Presidente da Câmara é que fica com os louros.

Na área da Saúde não me dão lições!

Neste momento estamos melhor do que estávamos e já disse que iremos lutar por aqueles que não têm voz, por aqueles que foram postos ao abandono.

Vamos lutar para que os nossos idosos não morram por causa da falta de uma receita. Isso é o que nós vamos fazer e o Prof. João Dinis sabe que o tenho feito como ninguém.

Sobre o núcleo de arqueologia industrial quero dizer que é um assunto que nunca se pensou e que se deve equacionar essa possibilidade. Mas eu não sou pessoa para dizer que devemos criar um núcleo de arqueologia industrial sem antes fazer contas para verificar a sustentabilidade financeira. Se não fosse necessário dinheiro nós poderíamos criar tudo. É bom sonharmos mas ao mesmo tempo temos que ter os pés assentes na terra.

Sobre as rotundas quero dizer-lhe que gostei do seu artigo sobretudo dos pormenores do serrador e da particularidade dos dentes da serra.

Relativamente ao Sr. João Cruz, e devido à forma como faz as suas intervenções eu até lhe dava um conselho: Na minha terra há um grupo de teatro e o Senhor é capaz de ter jeito para o teatro. Dou-lhe os parabéns porque o Senhor faz uma teatralização brilhante e pode vir a fazer uma grande carreira.

Tal como disse ao Prof. João Dinis também lhe quero dizer que as obras de saneamento em Lourosa são assuntos e questões da competência dos eleitos.

Pensei que hoje vinha falar sobre as obras da Associação de Casal de Abade porque eu tinha um desafio para lhe fazer. Veio aqui a várias Sessões falar sobre a Associação de Casal de Abade e eu, hoje, dava-lhe um conselho: A Associação está fechada há dois anos, por isso, candidate-se para Presidente da Associação para depois vir falar connosco sobre as obras. O Senhor quer participar e quer ter voz. Então, candidate-se porque eu estou disponível para fazermos reuniões e recuperarmos a Associação que o Senhor tanta vez aqui reivindicou. Agora, já se esqueceu da Associação?

O Orçamento Participativo vai ser realizado e terá vinte e cinco mil euros. Neste momento estão a fazer-se as normas.

Relativamente às Obras de requalificação da Igreja Moçárabe de Lourosa, o projeto está a ser finalizado. É um projeto muito interessante. Na próxima reunião de Câmara pensamos abrir o procedimento concursal deste projeto que terá uma participação de oitenta e cinco por cento.

O Senhor também falou na falta de obra física, e eu não tinha que lhe responder, mas eu não sei se conhece a estrada de Lourosa para o Barril do Alva? A obra de requalificação desta estrada já estava há muitos anos para ser feita e foi este Executivo e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa que fizemos a obra e o Senhor esqueceu-se dessa obra física. Eu percebo! Vocês

às vezes têm lapsos de memória e por isso têm a tendência para se esquecerem do que se faz e o que é normal é lembrarem-se do que falta.

Relativamente à questão da cobertura de saneamento básico e água a cem por cento quero dizer-lhe que em lado nenhum de Portugal há uma cobertura de saneamento a cem por cento. Contudo estamos a fazer um esforço para que nos próximos anos se façam obras.

Tenho que me congratular com os resultados da ERSAR porque a nossa água está classificada como água segura a 99,89 %. A água de Oliveira do Hospital é uma das melhores. Não tivemos os cem por cento porque numa análise efetuada em Rio de Mel apareceu uma percentagem de níquel na água que foi para análise.

Gostaria de anunciar que acabámos de concretizar com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo a realização de novas obras na ETAR de Oliveira do Hospital. Tenho aqui a carta a dizer que a obra foi cofinanciada e que as obras avançarão. Há ainda um conjunto de problemas que têm de continuar na mesa das negociações, nomeadamente o problema das ligações técnicas.

Há ETAR's já entregues à ALVT- Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e que não fizeram, ainda, as ligações técnicas. Já falei que era preciso fazer estas obras.

Neste momento estamos a trabalhar diversas candidaturas que podem ir até três milhões de euros e esperamos concretizar estas obras e dar mais um passo significativo nesta área.

Neste momento estamos a trabalhar em diversos projetos de saneamento do Concelho: Reta da Salinha, Vale Torto, Lourosa, Seixas, Póvoa de São Cosme. Vão-se acabar com as fossas antigas e tradicionais e vão ser colocadas fossas compactas que proporcionam uma melhoria significativa para o ambiente e o ambiente agradece.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos entrar no Período da Ordem do Dia. Como sabem a lei permite que os Pontos sejam discutidos apenas vinte minutos podendo a Mesa ratear o tempo. Eu não queria fazer isso mas eventualmente vamos ter de o fazer para não saímos daqui outra vez às vinte e uma horas ou mais.

Queria comunicar que a pedido do Executivo foi retirado o Ponto III mas que se mantém a mesma sequência dos Pontos que constam da Ordem de Trabalhos.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Esta referência ao teatro parece-me que sim. Isto está mais para esse lado.

Sr. Presidente da Bobadela o Senhor sabe o respeito, consideração e amizade que lhe tenho e só por isso é que eu não considero uma ofensa àquilo que o Senhor aqui disse. Porque aqui nesta casa fala-se muito mas para a mim vale mais um dia de greve do que cem reuniões, e contra factos não há argumentos.

Quando o Sr. António Lopes fala costuma dizer que é festas e bola.

O Senhor algum dia me ouviu falar contra a formação ou contra as modalidades chamadas amadoras?

O futebol, teoricamente é o amador. Mas o futebol neste Concelho, segundo o documento que vamos ver daqui a um bocadinho, gasta quatrocentos e trinta mil em oitocentos e dezanove no futebol. Estamos entendidos?

Quando o anterior Executivo o secou à sede sabem quem é que o lá pôs? E eu que não gosto de futebol e dei cento e vinte e cinco em Oliveira e tenho cem mil prometidos ao Nogueirense, e eu sou dos que cumprem.

Atualmente não consigo arranjar para pagar as finanças porque vendo os meus apartamentos com quarenta por cento de prejuízo e ainda tenho que pagar mais vinte e cinco por cento para alimentar isto.

Espero ter respondido até porque eu defendo o desporto de formação.

É como a Feira do Queijo, e sabem que foi o primeiro problema que eu tive com o Sr. Presidente.

Depois temos quinze mil dormidas e Arganil com menos habitantes tem quarenta e cinco mil. Por isso é que eu digo que isto de facto parece teatro.

Já expliquei ao Eng.º Carlos Artur que, de facto, com almoço e transporte pago, o passeio à Serra da Estrela só por azar é que a festa não havia de ser grande.

Como dizia o João Dinis eu queria era saber das ovelhas bordaleiras e do queijo genuíno. Disso é que eu queria saber! Queria saber do apoio para fomentar novos rebanhos e para desenvolver. De facto eu ando noutra mundo e ando desatualizado. Ando noutra onda.

Quero dizer ao Eng.º Carlos Inácio, e assumo aqui, que vou ser candidato. Se alguém está a pensar que eu não vou corrigir o erro que fiz, que se desengane. Eu jurei ao Mário Alves que ia e também jurei a este que vai.

Deixe-o lá falar para ver o que é que ele diz. Ele tem que me dizer o que é que gastou nas rotundas do Ervedal e tem que me dizer quanta gente esteve aqui no 25 de Abril. Vocês andam muito enganados com isso tudo! Deixem-se andar porque andam a pensar bem!

A este propósito e como dizia ao meu camarada João Dinis já é tempo de respeitar esta Assembleia e ele tem formação política suficiente e bastante para de facto saber o que é que o público discute aqui dentro. Eu não faço descontos a ninguém. Já uma vez chamei aí a GNR e, Sr. Presidente da Assembleia, é preciso pôr um ponto de ordem nisto. Seja para o João Dinis, seja para quem for. O João Dinis tem currículo e capacidade para saber que não pode aqui pôr as questões que vem pôr.

À Sra. Cristina Carvalho queria dizer que, para não ser sempre do contra, também eu me congratulo com o que aconteceu na Natalidade. Mas andei aqui uma série de anos a dizer que eram trinta e quatro mil euros que se gastava nisso. O ano passado foram cem e este ano foram cento e vinte e seis.

Mas também ando a bater, e vou continuar, no Ensino Superior porque baixaram de setenta e cinco para cinquenta e três. Isso é uma verba para gastar no Ensino Superior quando se gastam cem mil nos passeios e nos almoços da Feira do Queijo, para as pessoas virem vender umas bacoradas que até parecia que estavam a vender a banha da cobra.

Eu faço os trabalhos e não venho para aqui sem fazer o trabalho de casa.

O queijo tem que ser tratado com a dignidade que ele tem. As pessoas é que não percebem a função que têm.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero citar o Churchill porque também me revejo naquilo que ele fez. Sobre o atirar de pedras ele diz o seguinte: *“Não chegarás ao teu destino se parares e atirares pedras a cada cão que ladra.”*

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação da proposta de 2.ª correção material à 1ª Revisão do PDM para efeitos de acertos de cartografia, determinados por incorreções de cadastro, de transposição de

escalas, de definição de limites físicos identificáveis no tempo, bem como por discrepâncias entre plantas de condicionantes e de ordenamento.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“No Ponto II, eu relembro o que se passou aqui há tempos quando estivemos aqui a discutir o PDM.

Eu que faço o trabalho de casa não vou dizer nada porque não sei. Alguém nesta Assembleia está preparado para discutir este Ponto?

Eu não estou, tal como também não estava preparado para discutir o PDM.

Estou farto de dizer que assuntos desta natureza, porque são de muita responsabilidade, e jogam com a vida das pessoas, têm que ser tratados doutra maneira por esta Assembleia.

Por isso é que eu digo que esta Assembleia faz os serviços mínimos e presta um mau serviço a este Concelho.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação da proposta de 2.^a correção material à 1.^a Revisão do PDM para efeitos de acertos de cartografia, determinados por incorreções de cadastro, de transposição de escalas, de definição de limites físicos identificáveis no tempo, bem como por discrepâncias entre plantas de condicionantes e de ordenamento, que foi aprovado por maioria com duas abstenções.

De seguida foi feita a apreciação em conjunto dos seguintes Pontos:

Ponto IV - a) - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atualização das verbas constantes nos acordos de execução oportunamente celebrados com as Freguesias do Município, a fazer constar em adendas aos respetivos contratos a celebrar entre o Município e as Freguesias, no âmbito da delegação legal de competências nas Juntas de Freguesia.

Ponto IV - b) - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um apoio global de € 254.816,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e dezasseis euros) no âmbito do quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações e a consequente aprovação do correspondente modelo de Protocolo de Execução.

Ponto IV - c) - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de um subsídio de € 10.000,00 (dez mil euros) à Freguesia de Aldeia das Dez, destinado à manutenção do seu equilíbrio financeiro, alterado por força da assunção de encargo extraordinário, de modo a permitir-lhe a prossecução da sua atividade em prol da promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população.

Ponto IV - d) - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de um subsídio no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros) à Freguesia de Seixo da Beira destinado ao apoio às obras de construção da Casa Mortuária de Aldeia Formosa.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre as Freguesias, queria fazer aquela tradicional declaração de voto antecipada de que tudo o que for para as Freguesias, eu acho sempre pouco.

Isto não é fazer já a campanha porque eu sei que os Senhores Presidentes, eventualmente, estarão bem. Depois arranjam-se uns novos porque é preciso refrescar isto.

Ainda voltando um bocadinho à questão anterior, quero dizer que me custa muito que se dê a campos de futebol mais do que se dá à Freguesia no seu todo para resolver os seus problemas. Estou a falar de Oliveira do Hospital, Lagares da Beira e Nogueira do Cravo.

Se os meus amigos estão de acordo com isto, continuem a votar e a fazer o que têm feito.

Quanto ao resto vou-me abster pela razão óbvia que os Senhores já sabem.

Portanto, quando se diz que António Lopes é contra, é preciso distingir do que é que o António Lopes é contra. O António Lopes gosta do futebol e financia-o do bolso dele. Já gastei mais de três milhões de euros nisso. Mas cada um tem os vícios que quer e paga-os.

Agora, virem-me dizer que estão aqui os médicos e então porque é que não tiram um bocado a esses rapazes, de fora, que vêm jogar e porque é que não pagam aos médicos de uma vez por todas. É assim uma verba tão grande? Isto é tudo demagogia. Por isso é que eu digo, vamos ser objetivos e vamos lá fazer propostas.

Sr. Dr. Luís Lagos, eu farto-me de fazer propostas mas ninguém as ouve. Eu quando digo cortem ali, eu tenho a coragem de dizer cortem no futebol. Há aqui mais alguém que tenha essa coragem? Não há! Esse é que é o problema.

Os Senhores estão de acordo que se dê para a bola mais do que se dá para a Freguesia resolver todos os seus problemas? Eu não estou!

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Venho só dizer que vou votar a favor neste Ponto IV a), b), c) e d) e aproveito para dizer que vou votar também a favor no Ponto VIII.

Todos sabemos que estes protocolos têm sido um esforço do Sr. Presidente durante todos os seus anos de mandato e portanto inevitavelmente eu vou votar a favor porque não poderia ser de outra maneira.

Relativamente a este empréstimo também quero dizer que foi uma atitude muito meritória do Sr. Presidente com a finalidade de fazer as obras nas Freguesias. Acho que é um ato de coragem do Presidente porque vai gastar quase a totalidade do empréstimo nas Freguesias. Isto na realidade é de muita coragem e havia muita gente que pensava que o Sr. Presidente não era capaz de o fazer e como podem ver no Ponto VIII são contempladas quase todas as Freguesias.

Para a Freguesia de Alvôco das Várzeas eu não vou dizer ao Sr. Presidente que estou contente porque eu queria mais. Mas, estou muito satisfeito, também, porque na realidade vai ser feita uma obra que ansiávamos há muito tempo e que as pessoas de Alvôco pensavam que neste mandato não eram capazes de a fazer.

Portanto, quero agradecer ao Sr. Presidente todo este esforço e tudo o que deu à Freguesia de Alvôco das Várzeas.

Também quero pedir ao Sr. Presidente que não se esqueça dos esgotos no Braçal.

Também quero partilhar com esta Assembleia Municipal o seguinte: A Bandeira Azul foi novamente atribuída à Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas e por isso quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e a toda a sua equipe pelo esforço que têm tido. Também quero fazer um reconhecimento às pessoas que fazem parte da Comissão da Bandeira Azul porque têm trabalhado muito para que este galardão seja mantido. A Junta de Freguesia também tem feito um grande esforço para cumprir com todos os critérios exigidos pela Bandeira Azul.

Nós continuaremos a pugnar para dar condições àquele espaço para continuarmos a ser privilegiados com esta distinção.

Relativamente aos horários de realização das Sessões da Assembleia Municipal eu também sou contra a que as Sessões da Assembleia sejam feitas pela noite dentro. As pessoas da minha idade já não têm muita paciência para estarem aqui toda a noite e as pessoas mais novas têm outros afazeres, ali no Pinheiro do Abraços, e por isso é mais difícil nesse horário. Por mim também pode ser ao sábado.

Relativamente a estes horários sei que o Sr. Presidente da Assembleia não pode satisfazer toda a gente e por isso acho que se deveria fazer uma nova votação.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Como não podia deixar de ser estou de acordo e vou votar favoravelmente porque estas verbas são muito importantes para as Juntas de Freguesia.

Estas verbas dão-nos alguma autonomia para podermos resolver os pequenos problemas e neste momento os pequenos problemas são muitos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui porque a minha Junta de Freguesia é uma das beneficiadas com a atribuição de um subsídio.

Esse apoio não é a cem por cento e isso implica um esforço suplementar para pagar uma despesa que não contávamos e para a qual não participámos.

Na documentação que todos têm podem verificar que o que se passou foi um acidente com o Executivo anterior e que se veio a repercutir no Executivo atual.

Quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara o facto de nos ter apoiado. Nós vamos continuar a lutar com grandes dificuldades mas estamos preparados para as enfrentar.

Vou votar favoravelmente neste Ponto IV a), b), c) e d) e também no Ponto VIII.

Estes subsídios fazem com que tenhamos dignidade para exercermos o nosso cargo. De outra forma teríamos de andar com o boné na mão e o Sr.

Presidente dá-nos a possibilidade de termos dignidade para o exercício da Função de Presidente de Junta.

É uma função difícil principalmente numa Junta de Freguesia onde o Estado, que nos devia apoiar com os recursos suficientes para cumprirmos com as nossas despesas correntes, não o faz. Se não fosse a ajuda da Câmara Municipal nós não conseguiríamos sobreviver.

Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo, muito obrigado. Mantenha essa linha de atuação porque essa forma de atuação dignifica o Executivo e também os Presidentes de Junta de Freguesia.

Ao Eng.º Rafael quero relembrar que no mês de abril houve o ciclo das Igrejas e que no dia trinta o ciclo das igrejas vai realizar-se em Aldeias das Dez. Julgo que programa é bom e por isso quero convidar o Eng.º Rafael e também, todos os membros desta Assembleia para estarem presentes.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Deixem-me fazer aqui um breve parêntesis antes de falar neste Ponto IV. Tenho pena que o Sr. Prof. João Dinis cá não esteja e que se tenha ausentado. Ele deita as fartas e depois desaparece.

Dizer ao Sr. Prof. João Dinis ou a quem quer que seja que o Presidente da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira sou eu. Existe um Executivo que foi eleito democraticamente.

Todas estas questões que o Sr. Prof. João Dinis vem aqui apresentar já lhe foram respondidas e ele é livre para colocar todas e quaisquer questões que queira na Assembleia de Freguesia. Está aqui o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias, o Sr. Prof. Carlos Carvalheira, que sabe muito bem que é assim.

Enfim, eu entendo! O Sr. Prof. João Dinis sente falta deste palco mas ele não foi eleito para este palco e por isso sente necessidade de vir aqui marcar a sua posição, marcar a sua presença, atacando, obviamente, da maneira como o faz, a Junta da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira.

Nós ganhámos com maioria absoluta. Nós tivemos a confiança da maioria do povo da União das Freguesias. Submetemo-nos a eleições com um programa eleitoral, foi esse que foi sufragado, e é esse que vamos tentar executar ao máximo. Isto já foi dito ao Sr. Prof. João Dinis muitas vezes mas o Sr. Prof. João Dinis entende que os Vilafranquense é que mandam.

Referendos às populações para fazer o que quer que seja na União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, seja em Vila Franca, seja em Ervedal, seja na Póvoa de São Cosme, seja nos Fiais da Beira, seja em Vale do Ferro, eu não vou fazer.

Eu tomo decisões, é para isso que nós lá estamos, e é para isso que fomos eleitos, e no fim do mandato iremos, obviamente, saber através de eleições qual será a opinião das pessoas.

O Sr. Prof. João Dinis que durma bem descansado porque eu já estou farto de lhe responder a estas questões mas ele sente necessidade de vir aqui e eu até percebo! Eu percebo-o perfeitamente!

Quanto a este Ponto IV, e vou-me referir concretamente à alínea b), que é “a primeira metade do bolo” que a Câmara Municipal vai atribuir às Juntas de Freguesia, obviamente que isto foi o resultado de uma negociação com o Sr. Presidente da Câmara e o seu Executivo com todos os Presidentes de Junta. Essa negociação foi feita, tal como outras anteriormente foram feitas, e é assim que as coisas são tratadas por este Executivo Municipal. Cara, a cara e, olhos, nos olhos com os Presidentes de Junta, e Freguesia a Freguesia.

Eu sei muito bem, e estão aqui outros Presidente de Junta que também sabem muito bem, como é que isto foi feito e como é que isto foi resolvido. Sabemos que houve alguma preocupação por parte do Presidente da Câmara e do seu Executivo para tentar igualar estes apoios e atenuar alguma injustiça, nomeadamente nas Freguesias com maior população e que recebiam menos verbas. A decisão encontrada foi unânime e cada União de Freguesias vai ter menos três mil euros este ano do que teve em anos anteriores e não é por isso que eu vou deixar de votar favoravelmente estes apoios.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre a distribuição das verbas quero dizer que houve um repensar de metodologias porque algumas Freguesias ficaram prejudicadas. Tentou fazer-se um consenso entre os Presidentes de Junta que foi conseguido e por isso todas as Uniões de Freguesias ficaram com menos três mil euros.

Eu quero agradecer à Comissão e aos Senhores Presidentes de Junta que fui ouvindo para encontrar esta solução. Quando alguns acham que não há democracia no Concelho, estão aí os Presidentes de Junta que sabem que estes apoios foram muito discutidos com todos e conseguiu-se que todos estivessem de acordo.

Como referiu o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez a distribuição destas verbas serve para dar dignidade aos Presidentes de Junta e não é preciso andar aqui de chapéu na mão mas quero dizer-vos que há aí alguns que têm saudades desses tempos em que o Presidente da Junta para ser recebido pelo Presidente da Câmara era uma trabalhadeira e tinha que vir de chapéu na mão para ver se lhe deitavam lá umas moedas e esta forma de lidar com os Presidentes de Junta também tinha a ver com as suas filiações partidárias. Comigo isso não acontece, não há Presidentes de Junta nem de primeira, nem de segunda, e também não há Presidentes de Junta da cidade e Presidentes de Junta das aldeias mais pequenas. Para mim os Presidentes de Junta são todos iguais.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

“Tal como já aqui fiz na apresentação do Orçamento Municipal, venho aqui dar dois, ou três, esclarecimentos, até porque a crítica também é repetida: O dinheiro para festas e bola.

Gostava apenas de relembrar mais uma vez que a bola em Oliveira do Hospital não é apenas uma bola de futebol.

O desporto é, de facto, uma das maiores riquezas do nosso Concelho e é por demais assumido que é um pilar da nossa sociedade. Tenho pena que continue a não ser valorizado por todos.

Hoje é assumido que a Câmara Municipal tem uma política de desporto para todos e que contribui para o desenvolvimento sustentado da atividade física e dentro das suas competências apoia também os Clubes e as Associações Desportivas.

Fala-se muito em dinheiro para festas e bola mas eu desafio também a comparar, por exemplo, os apoios que se dão ao desporto neste mandato, ou no mandato anterior, com outros mandatos anteriores. O que é que é dado hoje e o que é que era dado no passado?

Para além disso, em tempos, houve também investimentos em espaços físicos específicos para o desporto, nomeadamente os relvados sintéticos que faziam parte da Moção que aqui foi lida. Nessa altura eu não ouvia críticas a esses apoios. Pergunto: O que é que mudou?

Vai-se percebendo que dentro de uma política de rigor e contenção que o Município tem também o desporto tem vindo a ser abrangido com alguma

redução. Essa redução é feita com coerência, é feita de forma gradual e é feita em articulação com os Clubes e Associações.

Neste processo, não poderia deixar de dizer, aqui, que devo valorizar, e muito, o trabalho dos dirigentes desportivos do nosso Concelho porque se é um facto que a Câmara apoia os Clubes também é um facto que sem o grande trabalho que eles fazem pelo desporto no Concelho muito do nosso desporto já tinha morrido. Para eles também o meu reconhecimento pelo grande trabalho que vão fazendo pelo desporto.

Também gostaria, ainda, de salientar que o desporto sénior, na minha opinião, deve existir porque é uma componente ao trabalho de formação. Hoje, é também com gosto que verificamos que várias das equipas seniores do nosso Concelho integram jovens que provêm da formação.

Por último, porque os relvados foram, mais uma vez, aqui abordados gostaria de relembrar umas declarações. Declarações, estas, que foram prestadas aquando da inauguração do relvado de Lagares da Beira e foi dito o seguinte em vinte e seis de abril de dois mil e treze: *“Convencido que o Presidente da Câmara e o Executivo não fizeram mais do que a sua obrigação (Na altura a construção do relvado era uma obrigação) fizemos o que mandam as regras democráticas, o atual Executivo Municipal está a fazer o que outros não fizeram.”*

E ainda foi dito: *“Não é difícil fazer promessas, difícil é cumpri-las, continua dizendo o Presidente da Assembleia Municipal, que classificou a atuação da atual Câmara como sendo uma forma séria de estar na política.”*

O que mudou, pergunto eu!”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - a) - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atualização das verbas constantes nos acordos de execução oportunamente celebrados com as Freguesias do Município, a fazer constar em adendas aos respetivos contratos a celebrar entre o Município e as Freguesias, no âmbito da delegação legal de competências nas Juntas de Freguesia, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - b) - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de

um apoio global de € 254.816,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e dezasseis euros) no âmbito do quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações e a consequente aprovação do correspondente modelo de Protocolo de Execução, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - c) - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de um subsídio de € 10.000,00 (dez mil euros) à Freguesia de Aldeia das Dez, destinado à manutenção do seu equilíbrio financeiro, alterado por força da assunção de encargo extraordinário, de modo a permitir-lhe a prossecução da sua atividade em prol da promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - d) - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para atribuição de um subsídio no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros) à Freguesia de Seixo da Beira destinado ao apoio às obras de construção da Casa Mortuária de Aldeia Formosa, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de primeira revisão das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2016/2019 e a primeira revisão ao Orçamento Municipal do ano 2016.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta é uma primeira revisão das Grandes Opções do Plano relativamente ao orçamento de 2016 e é para ser incorporado o saldo da gerência de 2015.”

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de primeira revisão das Grandes

Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2016/2019 e a primeira revisão ao Orçamento Municipal do ano 2016, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida foi feita a apreciação em conjunto dos seguintes Pontos:

Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea 1), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2015.

Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea 1), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2015.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez uma apresentação das metodologias de gestão municipal durante o exercício económico do ano de 2015.

Esta apresentação foi feita com uma projecção, em *PowerPoint* (com gráficos e mapas), que estão no final da ata como documentos anexos.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes para fazer a seguinte intervenção:

“Gostava que fosse mostrada a página quatro, que é referente às participações, a página trinta e três, que é a execução ao longo dos anos e quarenta, que são as contas dos últimos dez anos. Se é uma discussão séria, ou é para ser a discussão do costume?”

Dou como boa a explicação que o Sr. Presidente deu relativamente à dívida herdada. Faltou-lhe só dizer que tinha mais um milhão quinhentos e trinta e oito mil de obra feita e paga e não recebida.

O Executivo tem hoje mais quarenta e seis mil euros de dívida do que no dia que entrámos cá em dois mil e nove.

Gostava que fosse explicada na página quatro a história dos quarenta e quatro por cento da BLC3.

Queria dizer previamente, porque eu levo isto com honestidade, eu mandei um documento ao Sr. Presidente da Assembleia com alguns Pontos que gostava de ver aqui discutidos, e que estivesse aqui pessoa devidamente

credenciada para o fazer. Não sei se está? E também não sei se vão ser respondidos os Pontos que eu pedi?

Eu mandei por escrito porque acho que é uma atitude séria, para não apanhar ninguém de surpresa, uma série de Pontos para me serem aqui respondidos por pessoa habilitada a isso. Eu quero saber se vou ser, ou se não vou ser?

É para saber da participação da BLC3, nomeadamente o parecer, ou as reservas dos Revisores quanto ao inventário e não só. Eu disse o que era.

É um assunto sério. Eu posso vir aqui dizer que tive um milhão de lucro como teve cinco. É só ir lá ao inventário, que não é controlado, e a IGF fez essa reserva, e ninguém o faz.

Nós estamos a falar de assuntos sérios. Porque eu chego aí e ponho lá o lucro que eu quiser. Se querem discutir seriamente, e eu avisei com tempo, e disse quais são os Pontos.

O que eu digo é que as pessoas não querem discutir, querem fazer aqui o tal teatro e fazer a tal maquilhagem. É isso que andamos a assistir. Se assim não é façam o favor, ponham lá os quadros porque senão parece que eu ando aqui apenas e só a chatear mas eu ando aqui para fazer o meu trabalho. O meu trabalho é acompanhar e fiscalizar a Câmara.

O Senhor tem aí uma reserva dos Revisores. O Senhor acha que uma reserva não deve preocupar um Membro da Assembleia?

Os Senhores falaram agora aí nuns números da água que não têm nada a ver com os números que me entregou o Paulo Marques. Vamos lá ver se a gente se entende.

Eu já perguntei porque é que a água subiu oitocentos por cento? Há muita conta para fazer. Os Senhores nunca falam na recolha do lixo e eu não sei porquê? Mas isso são mais de trezentos mil euros, ou duzentos e oitenta e oito mil, segundo o Francisco Rodrigues.

Eu só quero que me expliquem o que é que se passou com a quota da BLC3? Todos estamos de acordo que a BLC3 é uma alavanca fundamental para este Concelho. Ando a perguntar isto, por escrito, há seis meses.

Os pareceres da CADA dizem que têm que me responder e não me respondem porquê?

Mas, afinal, quem é que anda aqui a brincar com coisas sérias, sou eu?

A CADA diz que os Senhores têm que me responder e não me respondem porquê?

Se não há respostas eu vou-me outra vez embora porque não estou aqui a fazer nada.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara, eu percebo que venha aqui mostrar uns gráficos e dizer que o Governo PSD/CDS, eu não costumo fazer isto, acho que não se deve fazer política partidária nacional aqui, nem com argumentos de âmbito nacional, mas desta vez sou obrigado a fazê-lo.

É fácil vir mostrar gráficos onde é dito que a governação PSD/CDS prejudicou ostensivamente os Municípios. Os Governantes do PSD e do CDS não têm nada contra o poder Municipal, muito pelo contrário. Têm muito carinho e muita ambição em dar todas as condições ao poder Municipal para exercer os seus mandatos. Eu até sou aqui, a nível local, um defensor disso mesmo. Mas é preciso não esquecer a história recente deste País, a intervenção externa a que fomos obrigados, e não vale a pena estar a recordar episódios negativos onde o Partido Socialista, que o Sr. Presidente da Câmara como independente também acaba por representar aqui, teve, para chegarmos ao ponto que tivemos que chegar.

Na governação do País fomos obrigados a passar por inúmeras dificuldades, fazendo inúmeros cortes e muitas vezes até contra o princípio da subsidiariedade que nós defendemos. Mas são medidas que se têm que tomar pela condução a que o Partido Socialista, com inteira responsabilidade, conduziu o País. É preciso dizê-lo. E também era importante mostrar já que se mostram gráficos de transferências de dinheiro dos Órgãos Centrais para os Órgãos Locais, também era importante mostrar um gráfico, ao longo dos anos, para se perceber qual foi o Governo que teve a coragem de fazer uma grande reforma política no sector da água, o Sr. Presidente também o disse com inteira justiça mas refere-se sempre ao Ministro Moreira da Silva, mas não é o Ministro é o Governo PSD/CDS. Também é preciso dizê-lo com todas as letras.

Foi o Governo PSD/CDS que teve essa coragem de fazer essa reforma em Conselho de Ministros.

Agora temos um Primeiro-Ministro, do Partido Socialista, que comanda a “geringonça” e que quer acabar com essa mesma reforma como os Senhores bem sabem.

Em relação às contas, só esclarecer, e volto a afirmar, e não é por demais fazer esta reafirmação, que confio na honestidade e na lisura das contas e na

transparência das mesmas, e poria as minhas mãos pelo Executivo nesse ponto, como, aliás, pelos funcionários do Município que têm esta responsabilidade e que são gente, como o Dr. João, com um grande nível técnico e com preparação.

Eu tenho aqui uma dúvida em relação aos resultados de dois mil e catorze e dois mil e quinze, porque há aqui um relatório da empresa BDO, que me parece dos auditores das contas, que fala do imobilizado em curso para imobilizado firme. Isto são obras que existem e muito provavelmente chegam ao fim e deixam de estar no imobilizado em curso e passam para o imobilizado firme mas isto tem amortizações. Se essas amortizações não são contabilizadas há sempre alterações nos resultados apresentados nas contas do Município. É feita uma nota em relação a isso. Não se retroagiu no cálculo das amortizações de exercícios anteriores nem a respectiva dotação dos subsídios ao investimento.

Eu queria perceber, se isso fosse feito, teríamos resultados completamente distintos nos exercícios financeiros do Executivo no ano de dois mil e catorze e dois mil e quinze.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Eu começaria pela parte em que a BDO faz uma intervenção na análise da execução orçamental, e como alguns de nós já referimos, isto funciona como as empresas, e nas empresas há uma contabilidade mas há pessoas mais habilitadas que podem dizer isso.

Em termos de inventário de imobilizado, ou está numa rubrica ou noutra e em princípio não afeta as contas.

A BDO é uma entidade certificada e diz o seguinte no ponto quatro: “*Mostra que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes*”. O que quer dizer que esta entidade certificada aceita as contas da Câmara e por isso não percebo porque é que são colocadas as dúvidas que são colocadas.

A BDO faz algumas reservas mas, como sabem, quer nas auditorias quer na contabilidade que é feita numa empresa normalmente são feitas reservas que têm que ser corrigidas mas que não invalida que a contabilidade que existe aqui não esteja adequada ao exercício.

A BDO também dá algumas opiniões para o futuro e que naturalmente irão ser tidas em conta.

Da leitura que eu faço não vejo nada de relevante nestas contas.

Quero dizer ao Sr. Eng.º Rafael que a melhor situação que se pode fazer de aproximação aos cidadãos é tudo isto ser limpo, ser do conhecimento de todos, não haver nada escondido.

Também se faz a aproximação aos cidadãos quando se resolvem as suas questões sociais e os seus problemas e ter a Câmara e o Sr. Presidente ao lado deles todos os dias. Isso é que é estar com os cidadãos.

Relativamente à execução o Sr. Presidente já realçou, e verifica-se que houve aqui um bom trabalho da Câmara Municipal na elaboração do orçamento o que é consubstanciado na execução orçamental quer do lado da receita quer do lado da despesa.

Relativamente às despesas com pessoal o que eu noto é que as despesas estão contidas e até têm reduzido.

Este ano houve um saldo positivo no exercício de um vírgula cento e cinquenta e sete milhões de euros o que quer dizer que houve aqui um bom trabalho.

Poderiam ainda perguntar se houve este lucro porque é que a Câmara Municipal não o executou mas o Sr. Presidente já referiu que irá ser executado no Quadro Comunitário 2020 durante este ano e no próximo.

Também quero referir que o Sr. António Lopes tem uma embirração com a BLC3. Eu, se calhar até percebo porquê porque conheço algumas situações, mas acho que já era tempo de deixar esta embirração porque este assunto já aborrece.

Perante o que está aqui evidenciado e perante a análise contabilística e financeira que foi feita pela empresa auditora BDO, que naturalmente põe aqui algumas reservas e dá algumas opiniões, mas que claramente dá uma opinião positiva sobre a execução orçamental, não há outra posição que não seja votar favoravelmente o exercício orçamental de dois mil e quinze.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre esta questão das contas vi aqui várias análises e vários gráficos. Há aqui muito número. As opções nas diferentes áreas são as opções da Câmara em termos de investimentos, em termos de gastos. As opções da Câmara são legítimas no meu entender. Obviamente que apraz-me registar que chegámos ao fim do ano de dois mil e quinze com este resultado líquido de um milhão, cento e cinquenta e sete mil euros. Isso é de registar.

Dirão, como já aqui foi dito, que chegaram ao fim de dois mil e quinze com um resultado líquido desta natureza mas o Sr. Presidente da Câmara já explicou que é preciso dinheiro para alavancar obras do Quadro Comunitário. Esse dinheiro já está aqui.

Nós já percebemos qual é o caminho da Câmara Municipal e o caminho que este Executivo traçou. Isto é perfeitamente entendível, só quem não quer entender é que o faz.

Alguns até podem acusar que nestes dois anos de mandato, dois mil e catorze, dois mil e quinze, que houve falta de execução de obras mas nós não nos podemos esquecer que o Governo anterior retirou a esta Câmara Municipal, nos últimos quatro anos cerca de quatro milhões de euros. Depois vêm falar em execução de obras e vêm falar em investimentos de capital, que é fraco e que é baixo. Se esse dinheiro não tivesse sido tirado a Oliveira do Hospital a execução de obra estava feita. Hoje nem estávamos aqui a falar de um empréstimo de dois milhões. Vamos ver se entendemos as coisas como elas são e nos deixamos de demagogias baratas e olhamos para os problemas de frente.

Apraz-me registar que a dívida da Câmara Municipal está controlada e é baixa. A Câmara, hoje, pode, e fruto de um grande trabalho de equilíbrio financeiro, ter uma capacidade de endividamento muito grande. Quem não quiser reconhecer isto é porque não está de boa-fé.

As opções de investimento são da Câmara Municipal porque foi para isso que a Câmara Municipal fez um programa eleitoral e o sufragou junto das pessoas. Nós sabemos as expectativas que existem lá fora relativamente à obra física.

Vamos ser sérios porque na política também temos que ter alguma seriedade e obviamente que eu voto a favor as contas do ano de dois mil e quinze.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer ao Dr. Luís Lagos que o poder local tem vindo a perder verbas, isto é público, e tem vindo a perder verbas ao longo de diferentes Governos. Já começou no Governo de Sócrates.

O poder local tem vindo a ser reduzido. A verdade é essa. Mas, depois, ainda lhe foi aplicado um conjunto de leis limitativas. Como por exemplo a lei dos compromissos.

Também temos que reconhecer que o poder local em muitos casos pôs-se a jeito devido ao não cumprimento de certas leis. Se fizessem uma gestão como eu faço em Oliveira do Hospital não era necessário haver a lei dos compromissos.

Eu não gosto de discutir aqui política nacional. Eu só discuto a política nacional que nos prejudica e que interfere com o Município. A política pode ser nacional mas se mexe com os nossos legítimos direitos e com os nossos legítimos anseios nós temos que a discutir.

A mim parece-me que os tempos não estão para grande abertura para o poder local até porque a lei dos compromissos ainda não foi revogada por este Governo. Há aí grandes autarcas e grandes políticos que têm dívidas monstruosas nas suas Câmaras. Por isso temos que ter discernimento e temos que dizer que não é possível aumentar as verbas para os Municípios.

O que nós sabemos é que há sempre dinheiro para uma determinada classe em Portugal. Isso, eu tenho que o dizer aqui. Eu vejo que um Banco tem um determinado montante de lucro e depois faz-se a distribuição dos dividendos pelos accionistas. Todos recebem dinheiro quando o Banco dá lucro mas quando o Banco dá prejuízo paga o povo Português com os seus impostos. Isto é que é uma discriminação. O processo está completamente viciado.

Quem recebe os dividendos que depois pague os prejuízos. Esta é que seria a lógica.

Eu não gosto de chamar para aqui o passado até porque não acrescenta nada na construção do futuro mas a política é isto: *“Em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão.”*

Na página quatro podem verificar as participações financeiras do Município: Na WRC, temos 0,37 %; Na Município, temos 0,15 %; No Matadouro Regional da Beira Serra, temos 2,22 %; Na CoimbraVita, temos 1,48 %; Nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, temos 0,27 %; No CESAB, temos 0,40 %; Na BLC3, temos 44,00 %.

E os Senhores perguntam-me porque é que no Matadouro Regional da Beira Serra temos uma participação de 2,22 %? E eu digo-vos, não sei. Se temos 2,22 % foi as acções que compraram na altura.

Se me perguntarem porque é que na BLC3 temos 44,00 %, eu não sei. Sei que entrámos com um capital Social de sete mil euros que representam 44,00 % nas acções que estão distribuídas e não somos maioritários.

Se aumentarem o Capital Social até podemos diminuir porque eu não vou mais a jogo e não estou para lá meter mais dinheiro no Capital Social.

Também quero dizer o seguinte: Na Fundação eu nomeio o Presidente mas eu não nomeio o Presidente do Conselho de Administração da BLC3. Parece que a BLC3 é a Câmara. A BLC3 tem uma identidade própria. Nós traçamos objetivos e financiamos o que achamos que é dinheiro bem empregue.

Se me perguntam quais foram os concursos públicos eu não sei porque não me vêm dizer quais são os concursos que decorem da lei, ou vêm cá pedir-me autorização? Se compram um gerador ou se compram dois. Eu é que sei as características dos geradores. As pessoas não têm responsabilidades.

Eu já nem participo nas reuniões da BLC3 e tenho estado representado pelo Sr. Vice-Presidente, mas isso não é para aqui chamado.

Alguns mordem-se porque durante anos deixaram a ACIBEIRA ao abandono e nós ocupámos aquele espaço com a BLC3. Por isso vamos aguardar.

Agora, há quem ponha tudo em dúvida e há quem denuncie tudo à Judiciária e depois fazem este número. Então, mas se denunciam nos Tribunais e se denunciam à Judiciária, não deviam esperar para verem os resultados e para verem se têm razão ou não? Continuam sempre a insistir na mesma coisa? Se já denunciaram, vamos aguardar.

Até agora ainda não fui chamado para ser ouvido em nada mas quando chegar a hora e o tempo passar eu próprio quero saber quais são os resultados desses relatórios. Se formos acusados cá estaremos para nos defender e por isso eu estou completamente à vontade.

Alguns fazem negócios com a política mas eu não faço negócios. Eu vivo do meu ordenado e sempre vivi. Há aqui testemunhas que sabem que isto é verdade.

Dr. Luís Lagos, se formos à página quarenta e quatro, e já vai perceber a resposta para a sua dúvida, se vir aí o EBITDA e a sua evolução ao longo dos anos pode verificar que em dois mil e quinde tem um valor de dois milhões, setecentos e dois mil, setecentos e seus euros e cinquenta e três cêntimos. Logo se tivéssemos retroagido nestas amortizações logicamente que também tínhamos que retroagir em relação aos Fundos Comunitários mas o resultado também seria muito próximo. Mais importante do que isso é o que dizem, e aqui é que está a ciência da governação. Na certificação legal das Contas diz assim: “... incluindo um resultado líquido de um milhão, cento e cinquenta e sete mil, trezentos e trinta e um euros, que evidenciam um total de catorze milhões, trezentos e dezasseis mil, trezentos e cinquenta e quatro euros de

despesa paga e quinze milhões, quinhentos e noventa e três mil, duzentos e vinte seus euros de receita cobrada.”

As contas mostram claramente que não gastamos mais do que aquilo que tínhamos.

A Câmara Municipal tem que ter uma organização com alguma perspectiva empresarial, o que é muito difícil, mas também deve ter a noção que não é nenhuma empresa de deve e haver e com grandes saldos de lucro porque temos outros serviços para fazer.

Uma Câmara Municipal que faça uma dívida controlada e que tenha reflexo no desenvolvimento do território em termos de empregabilidade, na minha opinião, já está a trabalhar bem.

As contas são muito técnicas mas demonstram que pagamos aos nossos fornecedores e é essa a política que nós temos.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Ficou, agora, claro. Eu há pouco não tinha condições para responder ao Sr. António Lopes. Como se percebeu o que ele queria saber foi objecto de um mail dele e eram questões internas da BLC3. Como por exemplo e concretamente quem é que tinha as participações das quotas dos outros sessenta e seis por cento?

Qual eram os valores dos concursos internos e quem é que tinha concorrido, nomeadamente na aquisição dos geradores?

A explicação que agora acabou de ser dada pelo Sr. Presidente da Câmara, percebe-se que as questões que ele põe não são susceptíveis de serem sindicadas por nós até porque a BLC3 é uma entidade independente, apesar da Câmara ter quarenta e quatro por cento. A Câmara não se pode ir imiscuir na BLC3, nem a BLC3 deixaria.”

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2015, que foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte declaração de voto:

“O meu voto a favor é um voto de confiança no Sr. Presidente da Câmara e na Equipa Técnica que fez estas contas.

Dizer-lhe Sr. Presidente da Assembleia que se não tem feito essa explicação sobre a BLC3, eu até nem vinha fazer esta intervenção. O problema da BLC3 não é a Participação Social que a Câmara tem na BLC3.

Aliás, eu sou um grande defensor da BLC3, mas o problema não é a Participação Social. Pela Participação Social a Câmara tem todo o direito de saber o que é que se passa na empresa, é um acionista, ou um sócio, e tem o direito de perguntar em Assembleia Geral sobre as contras e porque é que foi adjudicado àquele, e porque é que foi ao outro, e, obviamente, é um dado adquirido, que conhece quem são os seus colegas accionistas, ou sócios na BLC3.

O problema da BLC3 também não é o facto da BLC3 ser uma entidade privada, eu não tenho problema nenhum contra isso, mas se é, é preciso assumi-lo descomplexadamente.

A BLC3 sendo privada tem um objectivo público enorme para a região, que também é reconhecido por todos os Partidos e por aí também não havia problema.

Agora, donde é que vem o problema todo? Nós metemos dinheiro na BLC3 e não é assim tão pouco. Portanto, é um direito de todos nós que aqui estamos, questionar o Executivo Camarário, porque é accionista, ou sócio, de perguntar o que é que se passa na BLC3. Isso tem que ser assumido descomplexadamente, com transparência, porque não se passa lá nada de mal, eu ponho aí também as mãos no fogo.

A BLC3 tem um grande objectivo para o desenvolvimento da região que dever ser acarinhado e assumido por todos.

Agora, não é a mesma coisa a Fundação. A Fundação é uma IPSS que tem um legado que alguém deixou para os Oliveirenses para ser administrado em determinada função. A casa do Fidalgo Cabral Metello também não é a mesma coisa. São coisas diferentes. Mas, em todas elas, por direito próprio, qualquer Deputado Municipal tem direito a colocar as questões para o Executivo responder.”

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos da alínea 1), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº

75/2013, de 12 de setembro, da proposta de aplicação do resultado líquido do ano de 2015, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação da proposta de autorização para contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de € 2.000.000,00 (dois milhões de euros), para concretização de diversos investimentos de interesse municipal – Discussão e autorização prévia dos investimentos a incluir.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar queria congratular-me por as contas terem sido aprovadas por unanimidade. Isso também nos dá algum conforto quando tantas pessoas põem em causa as contas e com uma série de denúncias. Vê-se que os Partidos, tanto o CDS, como o PSD, o PS e os Presidentes de Junta Independentes, não têm embarcado na calúnia, na difamação e nas suspeitas permanentemente levantadas, por isso esta votação conforta-me e quero agradecer esse voto de confiança não só da bancada Socialista, que não esperava outra coisa, mas da bancada do PSD e do CDS e aos Presidentes de Junta Independentes.

Sobre o empréstimo acho que já se falou tudo. Há aí um conjunto de obras para realizar mas o investimento destes dois milhões de euros é para alavancar essas obras no valor de quatro milhões de euros em Oliveira do Hospital e em todas as outras Freguesias.

Há aqui muito trabalho para fazermos, algumas obras ultrapassarão o ano de dois mil e dezassete, e serão obras comparticipadas pelo Quadro Comunitário.

Eu gostaria que os diferentes grupos políticos fossem chamados para dar sugestões nos projectos que envolvem a zona histórica da Cidade e a Av. Carlos Campos. Era importante que os diferentes grupos políticos dessem os seus contributos porque ninguém é dono da verdade.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à questão do empréstimo, do investimento público porque é disso que se trata, é uma mola de desenvolvimento na criação de emprego e

riqueza e na fixação de empresas e de populações, do próprio aumento da natalidade, contribuindo, ainda para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Irei votar favoravelmente a contratação deste empréstimo porque acredito que o mesmo será aplicado nos pressupostos que anteriormente referencieei.

Votarei favoravelmente, ainda, no pressuposto de que o montante será para a concretização de investimentos de interesse para o Concelho em geral e para as Freguesias em particular.

Estarei atento relativamente aos investimentos que vierem a ser feitos em geral e em particular na minha Freguesia.

Sei que os dois milhões dariam uma média de cento e vinte e cinco mil euros para cada uma das Freguesias, embora eu tenha a consciência que na prática não será exactamente assim, até porque defendo também a solidariedade e a coesão social e territorial entre as Freguesias do Concelho.

Espero que estes investimentos na minha Freguesia contemplem a reparação da ponte sobre o rio Cobral e a requalificação da área envolvente, a pavimentação/requalificação de algumas artérias, a continuação do saneamento nas zonas que ainda não têm, a construção de uma fossa compacta para Negrelos, o abastecimento de água na Adarnela e também a estrada Travanca até ao cruzamento de Andorinha e a estrada Travanca até Lagares.

Como balanço desta Assembleia quero dizer que a minha postura não tem como objectivo passar um cheque em branco ao Sr. Presidente nem ao Executivo, reiterando-lhe a minha confiança exijo-lhe cada vez mais e melhor na certeza de que continuarei atento. Não lhe quero cobrar nada porque nada me deve e, também, nada lhe devo, para além da amizade que nutro por si e tenho a certeza de ser recíproca, mas não misturo as coisas. Aplaudirei quando em consciência o entender, exigirei e criticarei quando achar e, sempre em defesa do meu Concelho em geral, e das pessoas da minha Freguesia em particular.

Acho que é importante responsabilizar o Executivo, é importante exigir-lhe que cumpra a legislatura até ao fim porque os mandatos sejam eles maioritários, sejam minoritários, devem ir até ao fim, e terminados, aí sim julgados por quem tem o direito de julgar, ou seja os Municípes.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto do empréstimo dos dois milhões quero dizer que já há um tempo tinha lançado o desafio ao Sr. Presidente da Câmara para que esta Câmara Municipal, se necessário fosse, contrair este empréstimo.

Felizmente que a capacidade de endividamento da Câmara anda na casa dos dez a doze milhões de euros e isso é fruto do grande trabalho de equilíbrio financeiro que tem sido feito por este Executivo.

Poucos haverá que conseguem fazer isto porque têm as Câmara de tal maneira endividadas que não conseguem fazer empréstimos nem candidaturas, felizmente que em Oliveira do Hospital não é essa a situação.

Eu sei que o Presidente da Câmara e o seu Executivo são pessoas de palavra e sei que o Presidente da Câmara se comprometeu, Freguesia a Freguesia, com determinados programas eleitorais e com a execução de determinadas obras e há uma grande expectativa dos Presidentes da Junta, das Juntas de freguesia e das populações relativamente a essas obras. O Sr. Presidente da Câmara como homem de palavra vai fazer uma grande maioria daquilo a que se comprometeu fazer nas Freguesias. Isto é que é a democracia a funcionar. Isto é que é o compromisso a funcionar.

Não venham agora falar de eleitoralismo porque quem está a gerir o dia-a-dia e a criar condições para criar este empréstimo, e a criar condições para pagar os empréstimos anteriores e que não foram dele, para agora poder criar algum sentido de coesão das Freguesias do Concelho, quero dizer-vos que é meritório e é de um Presidente de Câmara que se preocupa com todos, não se preocupa só com alguns como era no anterior.

Obviamente que eu vou votar a favor deste empréstimo.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Neste Ponto só venho dizer o seguinte: Se a Câmara tem uma situação financeira que permite fazer este empréstimo acho que o deve fazer de forma a aproveitar os Fundos Comunitários que aí vêm. Já falámos sobre isto várias vezes e os Presidentes também gostavam de fazer alguma coisa nas suas Freguesias, daquilo que nos comprometemos com os nossos fregueses. Se esse dinheiro é para nos dar essa possibilidade acho que o deve fazer e a Câmara de certeza que se irá manter numa situação estável financeiramente.

Acho bem que faça esse empréstimo porque está a contribuir para o desenvolvimento do Concelho.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação da proposta de autorização para contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de € 2.000.000,00 (dois milhões de euros), para concretização de diversos investimentos de interesse municipal – Discussão e autorização prévia dos investimentos a incluir, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea n), do n.º 1, do artigo 25º da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do artigo 53º, aplicável por remissão do n.º 3, do artigo 56º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de adesão à Associação GEOPARK Estrela.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Foi entendimento num conjunto de Municípios que constituem a antiga Região de Turismo da Serra da Estrela, em parceria com o Instituto Politécnico da Guarda e a Universidade da Beira Interior, aproveitando aquilo que são as boas experiências dos GEOPARK existentes em Portugal. Aquele mais conhecido e com mais notoriedade é o GEOPARK de Arouca, que é conhecido pelos Passadiços de Arouca, e que tem promovido bastante aquela região e tem atraído muita gente e gerado grande interesse público e grande interesse mediático. Houve um interesse também por parte dos Municípios que vos referi para avançarem com uma candidatura à rede Global de GEOPARK’s da Unesco da Serra da Estrela. Oliveira do Hospital tem estado neste processo desde o início e participámos em todas as reuniões preparatórias e avançámos para a fase mais técnica e assinámos um memorando de entendimento aqui na Escola Superior de Turismo de Seia e neste momento chegámos ao ponto de ter de constituir uma entidade, uma Associação de direito privado sem fins lucrativos cujos sócios serão os referidos Municípios da Ex-Região de Turismo da Serra da Estrela, a Universidade da Beira Interior e o Instituto Politécnico da Guarda.

Nas reuniões acordaram-se os estatutos e os Municípios necessitam da aprovação da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal para se fazer a escritura dos estatutos e posteriormente a aprovação do Tribunal de Contas, à semelhança do que também foi o processo de adesão de Oliveira do Hospital à Associação de Desenvolvimento Integrado das Redes das Aldeias de Montanha.

O que estamos aqui a fazer é a aprovar os estatutos que vão dar corpo à escritura para a criação de uma Associação de Direito Privado que se chama Associação GEOPARK Estrela que vai assumir a candidatura perante a Unesco. Essa candidatura é para reconhecimento da Serra da Estrela, e também do território de Oliveira do Hospital, como integrante na Rede Global de GEOPARK's da Unesco.

Acho que é uma grande oportunidade para Oliveira do Hospital ganhar uma dimensão, uma projecção, e uma marca global e sermos reconhecidos como territórios protegidos e depois os acessos que estes espaços reconhecidos pela Unesco vão ter num conjunto de benefícios globais e de intervenções patrocinadas pela própria Unesco.

Depois haverá estudos técnicos para a identificação e caracterização dos geo-sítios, ou seja os sítios de interesse geológico.

Todo o Concelho de Oliveira do Hospital será beneficiário da integração no GEOPARK. O GEOPARK é global e integrará todo o espaço da antiga Região de Turismo da Serra da Estrela.

Acho que é essencialmente uma janela de oportunidade para o território do Concelho de Oliveira do Hospital.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Não venho falar do GEOPARK, até porque eu tive a sorte de e o privilégio de acompanhar o Dr. José Francisco a uma reunião, de maneira que eu sei perfeitamente que o GEOPARK Estrela só nos poderá trazer benefícios.

O que eu queria dizer-vos era o seguinte: Eu fiz muitas coisas más nesta Assembleia Municipal. Eu tratei muita gente mal nesta Assembleia Municipal. Eu fui muitas vezes tratado mal nesta Assembleia Municipal. Desde o Dr. Simões Saraiva, o Correia Dias, o Sr. Folques, da Bobadela, o Prof. Ribeiro, o Prof. Morgado, o Rocha, eu fiz muita coisa mal. Se calhar fui rude muitas das vezes, mas aquilo que eu vi hoje fazer nesta Assembleia acho que é das piores coisas que eu assisti nestes últimos trinta e sete anos que estou nesta Assembleia Municipal.

Foi-me entregue, porque sou eu que recebo as coisas, esta senha de presença na Mesa (foi mostrada a senha de presença completamente rasgada). Eu não queria dizer mais nada, deixava ao critério da consciência de todos vós.

Está aqui o Moreira que eu acompanhei desde setenta e nove, eu tratei-o muitas vezes mal, mas lá fora toda a gente se tratava bem.

Hoje, a crispação e a maneira de nos darmos uns com os outros, não é bem, nem para esta Assembleia, nem para este Concelho.

Estou muito triste por ter isto na minha mão. Desculpem lá, mas eu não podia, passados estes anos todos, deixar passar esta, eu nem sei o que é que hei de chamar.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea n), do n.º 1, do artigo 25º da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro, conjugado com o previsto no n.º 1, do artigo 53º, aplicável por remissão do n.º 3, do artigo 56º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, da proposta de adesão à Associação GEOPARK Estrela, que foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu queria terminar com mais uma citação de Churchill: *“Sabedoria e Asneira - Seria uma grande reforma política se a sabedoria pudesse ser disseminada tão fácil e rapidamente como a asneira.”*

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção e sendo vinte horas e quarenta e cinco minutos o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim
_____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
